



Recortes de Imprensa

Junho 2015



COM O APOIO:





456

Jovens inquiridos

dos 11 aos 18 anos, de 32 escolas do distrito do Porto, com uma idade média de 13 anos. No final do projeto, em 2016, serão inquiridas também as famílias para apurar o que percebem dos filhos.

39%

controlam forma de vestir

Quase 40% acham normal controlar o que o outro veste. Uma questão que gera praticamente consenso entre sexos: 42% do lado deles, 36% do lado delas. Já a prevalência mostra que 4% foram proibidos de vestir determinada roupa.

Prevenção Trabalho na área da delinquência

Ao abrigo do Artways está ainda a ser realizado um trabalho na área da delinquência. "Trabalhamos com aqueles jovens que são potenciais agressores. São jovens que merecem uma segunda oportunidade, mas temos que estar atentos porque alguns estão a trilhar uma pré-delinquência", diz Maria José Magalhães.

Abusos Estudo realizado com alunos de 32 escolas do distrito do Porto, entre os 11 e os 18 anos, revela ainda que 27% legitimam a violência psicológica nas relações

13% dos jovens acham normal violência física no namoro

Joana Amorim
jamorim@jn.pt

► "Alarmante". 27% dos jovens consideram normal a violência psicológica no namoro e 13% legitimam a violência física. Assim conclui um estudo realizado em 32 escolas do distrito do Porto, onde foram inquiridos 456 jovens, entre os 11 e os 18 anos, com uma idade média de 13 anos. "Dados preocupantes", alerta a presidente da UMAR, que ontem apresentou os resultados do inquérito realizado em outubro de 2014 no âmbito do projeto "Artways".

E se 13% consideram normal a violência física, 7% dos inquiridos admitem mesmo já terem sido vítimas de abusos que não deixaram marca e 4% que deixaram marca (ver infografia). A violência psicológica assume maior destaque, como seja pegar no telemóvel sem autorização, proibir de estar e falar com amigos e, inclusive, chamar nomes.

"13% considerarem a violência física normal é bastante significativo de como o nosso trabalho não chega ainda ao coração e à cabeça dos jovens", frisa Maria José Magalhães. Que alerta ainda para o facto de rapazes e raparigas legitimarem de forma diferente. "Se as raparigas legitimam mais do que os rapazes o pegar no telemóvel sem autorização ou a proibição de estar com amigos", "eles legitimam em maiores dimensões".

Os resultados do inquérito mostram que 41% dos rapazes acham

normal pressionar para beijar e 31% acham legítimo pressionar para ter relações sexuais (contra 27% e 10% das raparigas, respetivamente). Ao nível da prevalência, 2% dos inquiridos admitiu já ter sido pressionado a ter relações sexuais.

Números que vêm ainda dar mais força à necessidade e importância de "uma intervenção junto dos jovens no sentido de desconstruir a ideia de que o namorado(a) é da sua posse e que faz com aquela pessoa o que quiser, porque ela é sua", afirma a presidente da UMAR.

Casos sinalizados às CPCJ

O inquérito realizado, e que se repetirá no início de 2016, faz parte do "Artways - Políticas Educativas e de Formação Contra a Violência e Delinquência Juvenil". Trata-se de um projeto da UMAR gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian e financiado pelo Meca-

nismo Financeiro do Espaço Económico Europeu.

No âmbito do "Artways", a UMAR está também a trabalhar com as famílias dos alunos - "tanto as problemáticas, como as 'boas', porque está presente em todas as classes sociais". E durante esse trabalho, explica, confrontaram-se com "casos que tiveram que ser sinalizados junto das comissões de proteção das crianças e jovens em risco e dos centros de atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica. A maioria, diz, diziam respeito a "situações de violência doméstica dentro de casa".

Maria José Magalhães insiste. "É preciso pedir ajuda". E, nesse aspeto, os resultados são pouco animadores, uma vez que apenas 4% referem ter recorrido a outras pessoas para pedir ajuda. E se 8% assumiram não ter dado importância ao ocorrido, 12% disseram ter acabado por perdoar o (a) agressor (a).

PSP recebe cada vez mais queixas

● No ano passado, a Polícia de Segurança Pública (PSP) recebeu 1549 participações de violência no namoro, um aumento de quase 50% face a 2013. Desse total, 699 foram denunciadas pelos próprios estudantes, sendo que em 1457 casos as vítimas eram alunos. "Entre a comunidade juvenil, de 2013 para 2014, foi percecionável um aumento das situações de violência no namoro (...) sendo expectável que tal se deva à 'desocultação' do fenómeno", sublinhava a PSP em comunicado, em fevereiro passado, aquando da operação "No namoro não há guerra". Em 2014, aquela força policial, através das equipas do Programa Escola Segura, levou a cabo 1470 ações de sensibilização (bullying, violência escolar e no namoro), o que representa um acréscimo de 40% face ao ano anterior. J.A.



"Quase um terço dos rapazes dizem ser legítimo pressionar a namorada para ter relações sexuais"

questionário : violência no namoro

	PREVALÊNCIA Jovens que já foram vítimas deste tipo de comportamentos	LEGITIMIZAÇÃO Jovens que não consideram este comportamento como violento/abusivo	LEGITIMIZAÇÃO	
			Masculino	Feminino
Proibições de sair por parte do (a) companheiro (a)	4%	35%	35%	33%
Forçar a fazer algo que não quer	4%	19%	26%	11%
Pegar no telemóvel sem autorização	16%	33%	32%	34%
Chamar nomes durante a zanga	16%	21%	24%	16%
Agressões físicas (deixando marcas)	4%	11%	15%	7%
Agressões físicas (não deixando marcas)	7%	14%	17%	10%
Proibir de estar ou falar com amigos (as)	11%	37%	35%	37%
Ameaças	6%	13%	18%	7%
Humilhação	6%	18%	21%	14%
Proibição de vestir peças de roupa	4%	39%	42%	36%
Pressionar para beijar	6%	35%	41%	27%
Pressionar para ter relações sexuais	2%	21%	31%	10%

FONTE: PROJETO ARTWAYS INFOGRAFIA JN

ID: 59559166

03-06-2015



“Noções de respeito, de privacidade, do espaço da outra pessoa não estão a ser ensinadas aos jovens”

Maria José Magalhães
Presidente da UMAR

Artways quer prevenir violência e delinquência

No âmbito do projeto Artways realizaram-se 15 sessões/turma com periodicidade quinzenal nas aulas de Educação para a Cidadania. No corrente ano letivo, os alunos “serão multiplicadores/as da mensagem”. Prevê também ações de formação junto da comunidade educativa e ações de sensibilização.



Projeto gerido pela Fundação Gulbenkian

“Artways – Políticas Educativas e de Formação contra a Violência e Delinquência Juvenil” é um projeto da UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian e financiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu.



pormenores :

Violência não é só física

● A violência pode ser física (empurrar, agarrar, dar bofetadas e pontapés, por exemplo), psicológica (controlar a maneira de agir ou vestir, ligar ou mandar mensagens constantes, estragar objetos pessoais), sexual (pressionar para atos sexuais), verbal (gritar ou insultar) ou social (na presença de outras pessoas). Para a Associação de Proteção à Vítima (APAV), todos procuram magoar, humilhar, controlar e assustar.

O que fazer?

● A APAV aconselha primeiro a falar sobre o assunto com um adulto de confiança (os pais, um amigo, um professor ou um psicólogo) ou a ser contactada a associação (não se paga e é em segredo). Depois de tomada a decisão, deve ser escolhido um lugar público, falar com calma e estar preparada/o para dois tipos de reação: ou violenta ou de tentativa de reconciliação. Nos dois casos, a resposta deve ser firme, mas sem violência. Ter por perto uma pessoa de confiança pode ajudar.

flash:



Teresa Lobato Faria
Psicóloga no Hospital
D. Estefânia

“Tudo começa em casa e tudo acaba em casa”

Perto de um terço dos adolescentes entende como normal algum tipo de violência no namoro. O que está a falhar na sociedade?

É uma idade de descoberta, de fascínio pelo mundo dos adultos. Muitas vezes, não encaram como maus comportamentos o ciúme ou a invasão da intimidade, que podem até fazê-los sentirem-se amados, desejados. Procuram ser crescidos e, para se sentirem emancipados, comportam-se como um espelho do que os rodeia, sobretudo do que vivem em casa. Não podemos acabar com a violência doméstica e na televisão, com o culto da violência que hoje existe, mas é importante alertar os pais: tudo começa em casa e tudo acaba em casa. Estas são idades de risco e podem cometer-se erros que destroem uma vida.

Que tipo de sinais de violência encontra?

São mais frequentes comportamentos como condicionar as pessoas com quem a outra pessoa convive, isolar de amizades anteriores ou dos próprios pais. Também controlar o telemóvel, ainda que de forma subtil, ou manipular comportamento na escola, por exemplo, pressionando para que falte às aulas.

Um terço dos rapazes aceita como normal pressionar para atos sexuais. Adolescentes violentos tendem a tornar-se adultos violentos?

Está relacionado, mas há uma grande diferença entre pressionar e forçar. A prostituição deixou de ser um escape para jovens, que agora pressionam as namoradas a atos sexuais, é um dos seus objetivos. Mas não penso que as pressionem demasiado. Hoje as raparigas iniciam a vida sexual muito cedo, aos 11 ou 13 anos. Se antes ser virgem era a norma, agora fazem de tudo para deixar de o ser, é um estatuto.

Que papel deve ter a escola?

Tem um papel importantíssimo de supervisão e fiscalização e deve alertar os pais e os técnicos sempre que necessário. Mas a educação começa em casa. Os pais preocupam-se com as notas, mas muitas vezes não há diálogo, carinho. O caráter – o mais importante – não é trabalhado. Hoje, muitas vezes, não se lamber as crias. **ALEXANDRA FIGUEIRA**

“Não reconhecem um ciclo terrível de controlo”

► Chegam-lhe às mãos sobretudo mulheres, já adultas, e idosas. Todas vítimas de violência doméstica. Mas também lhe chegam jovens raparigas, muitas acompanhadas pelos pais ou amigos. A pedir ajuda. São vítimas de violência no namoro. “Situações graves”, assegura Ilda Afonso, diretora técnica do Centro de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência da UMAR, no Porto.

“São situações de perseguições. Em que partilham nas redes sociais fotografias a denegrir a imagem. Em que têm acesso aos códigos do Facebook, apropriam-se dos perfis e colocam lá coisas ofensivas”. Muitas vezes, explica, o pedido de ajuda vem dos próprios pais, ou de amigos, “porque [a vítima] não reconhece a violência, não reconhece um ciclo terrível de controlo”. Não é uma realidade apenas femi-



Ilda Afonso, diretora técnica do Centro de Atendimento da UMAR no Porto

nina, sublinha, mas ali acompanham-se mulheres.

Naquele centro de atendimento a UMAR apoia jovens maiores de 16 anos vítimas de violência no namoro, desde que com o consentimento dos pais. E todos os casos são sinalizados junto das comissões de proteção das crianças e jovens em

risco (é lá que estão os dos menores de 16 anos). O primeiro passo é pedir ajuda, é reconhecer a agressão. Depois, o processo pressupõe acompanhamento psicológico, social e jurídico. “Há todo um trabalho em equipa no sentido de procurar um novo projeto de vida longe da violência”, diz Ilda Afonso.

Quanto a conselhos, a diretora técnica do centro da UMAR destaca dois. O primeiro, o fundamental: “Gostaram delas acima de tudo. Depois é que gostam do outro. E pensar sempre que a relação existe para sermos felizes, se é para sermos infelizes é porque não está bem”. Por último, “sempre, sempre, partilhar com alguém de confiança, de preferência um adulto, que não estão bem para que possam ter ajuda”. Porque, garante, “pouco se pode fazer se não pedem ajuda”. **JOANA AMORIM**

“Violência Doméstica” como mote de exposição

LOUROSA Os alunos da Turma 12º B2 da Escola Básica e Secundária Coelho e Castro, de Fiães, no âmbito das disciplinas de Oficina de Artes e Multimédia, vão mostrar trabalhos realizados sob o tema “Violência Doméstica”, com a participação da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Os trabalhos estão expostos no Centro Coordenador de Apoio Parental da FAPFEIRA, em Lourosa, até ao final deste mês e, no dia 29, realizarão uma Passagem de Modelos alusiva também ao tema.



Concerto solidário rende verbas para a APAV

O concerto solidário organizado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, inserido nas comemorações dos 25 anos da APAV, rendeu um total de 432 euros.

O espetáculo decorreu a 17 de maio no Coliseu Micaelense, com a Banda Militar dos Açores e a banda Alquimia.

Helena Costa, gestora da APAV Açores, aproveitou para agradecer o apoio da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Coliseu Micaelense, Banda Militar dos Açores, Alquimia e a todas as pessoas que assistiram ao espetáculo solidário. A verba recolhida será aplicada em projetos da APAV. ♦ LPS

ID: 59647022

29-05-2015



APAV convida a “Dançar Contra a Violência” em Santarém

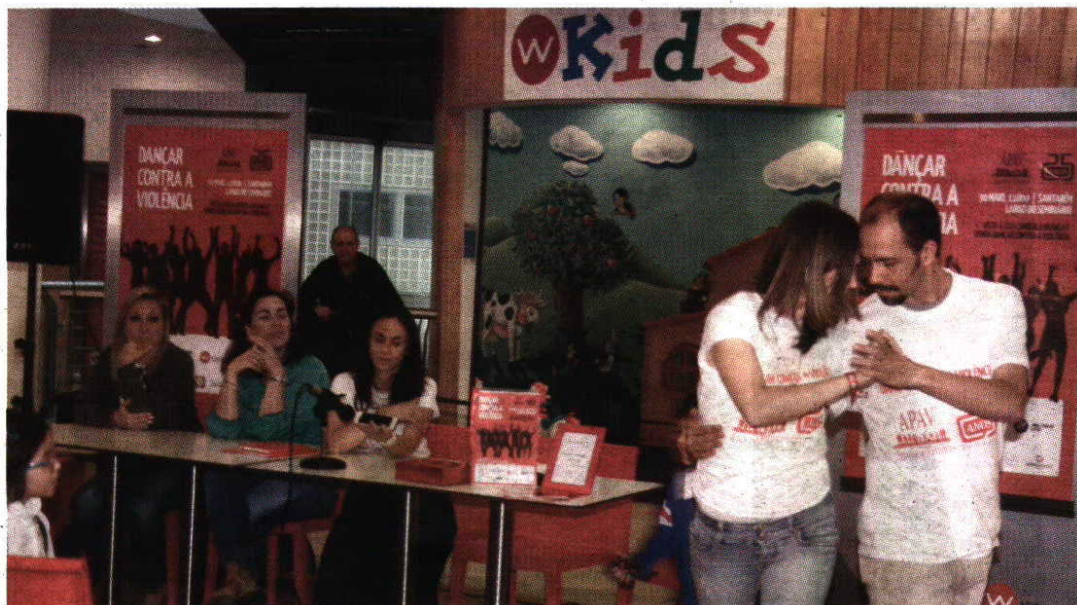
A APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, no âmbito da celebração dos 25 Anos, promove no dia 30 de Maio, a iniciativa “Dançar Contra a Violência”, em Santarém. A acção tem lugar às 11h00, na Praça Sá da Bandeira (Largo do Seminário), e pretende homenagear todas as vítimas de crime e violência, para além de ser uma forma de protesto contra qualquer crime.

Na conferência de imprensa de apresentação do evento, que decorreu no passado dia 21 no W Shopping, Susana Pita Soares, vereadora da Acção Social e Saúde da Câmara de Santarém afirmou que “quando se fala na celebração de 25 anos, lembramo-nos de um casamento em que se celebra o amor e a partilha. Infelizmente, muitas mulheres, crianças, jovens e também homens, vivem histórias de medo. Nada é mais vil, do que descarregarmos sobre o outro o nosso dia-a-dia, as adversidades e as frustrações, que levam algumas pessoas a atitudes indignas e condenáveis”.

A autarca lembrou que “a APAV existe porque muitas vezes, cala a dor daqueles que são vítimas de maus tratos”, e acrescentou que as denúncias estão a aumentar mas os casos de violência não, o que demonstra que hoje, as pessoas têm mais coragem para denunciar maus tratos”.

Susana Pita Soares revelou que sonha a cada dia “para que não haja necessidade deste gabinete, o que seria um sinal de que todas as crianças, jovens, mulheres, idosos e também alguns homens teriam uma vida digna”.

Carmen Ludovino, Gestora do GAV - Gabinete de Apoio à Vítima - APAV Santarém, convidou todas as pessoas a asso-



ciarem-se a esta iniciativa “como forma de protesto contra qualquer tipo de crime”.

Diana Chaves é a apresentadora deste evento comemorativo dos 25 anos da APAV, em que todos os participantes vão dançar as coreografias apresentadas, que são dedicadas a grupos específicos de vítimas: crianças abusadas sexualmente, mulheres vítimas de violência doméstica, vítimas de homicídio, pessoas idosas

vítimas de crime e de violência, vítimas de discriminação racial e étnica, entre outros.

Os participantes são convidados a levar uma t-shirt branca vestida, como símbolo da paz e podem adquirir uma fita encarnada para o pulso, como símbolo de protesto contra o crime, pelo preço de 1 euro, à venda no evento ou antecipadamente, na APAV - Gabinete de Apoio à Vítima de

Santarém e no Ginásio Scape.

A canção-hino da APAV, pelas vítimas de violência doméstica (letra e música de Rodrigo Guedes de Carvalho), vai ser cantada por Maria Teresa Azoia.

No final será dançada uma coreografia da canção “Cansada”, pelos dançarinos Vasco e Carla Serranho da Escola Jardim de Tango, que homenageia todas as vítimas.



CONDECORAÇÕES

ORDENS MILITARES

» Ordem de Cristo

» Prof. doutor Fernando Teixeira dos Santos

» Prof. doutor José Mariano Gago – a título póstumo

» Ordem Militar de Avis

» Vice-almirante José Alfredo Monteiro Montenegro (grã-cruz)

» Tenente-general Frederico José Rovisco Duarte (grã-cruz)

» Tenente-general PILAV António Afonso dos Santos Allen Revez (grã-cruz)

» Ordem de Sant'Iago da Espada

» Mestre Querubim Lapa (grande-oficial)

» Dra. Fátima Cardoso (comendador)

» Doutor Henrique Veiga-Fernandes (comendador)

» Dra. Isabel Silveira Godinho (comendador)

» Dr. Pedro Mexia (oficial)

» Prof. doutor Vítor Cardoso (oficial)

» Dra. Zita Martins (oficial)

» Alexandre Farto – Vhils (cavaleiro)

ORDENS NACIONAIS

» Ordem do Infante D. Henrique

» Mestre António Lagarto (grande-oficial)

» Júlio Pereira (grande-oficial)

» António Zambujo (Comendador)

» Carlos Gil (comendador)

» Dr. João Diogo Pinto (comendador)

» Dr. Felipe Oliveira Baptista (comendador)

» Eng. Francisco Lopes (comendador)

» Eng. Francisco Maria Pinto Balsemão (comendador)

» José Pracana (comendador)

» Nuno Baltazar (comendador)

» Nuno Gama (comendador)

» Dra. Sara Pereira (comendador)

» Maestro Dinis Sousa (cavaleiro)

» Ordem da Liberdade

» Bruno Neto (cavaleiro)

» APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (membro honorário)

ORDENS DE MÉRITO CIVIL

» Ordem do Mérito Empresarial

Classe do Mérito Agrícola

» Doutor Arlindo Marques da Cunha (grã-cruz)

» Professor Orlando da Costa Lourenço (grande-oficial)

» Dr. Filipe Cameirinha Ramos (oficial)

» Eng. Luís Sabbo (oficial)

» Ordem do Mérito

» Dr. António Travassos (grande-oficial)

» Dr. João Pedro Mendes de Almeida Lopes (grande-oficial)

» Eng. António Manuel Leitão Borges (comendador)

» Dr. Francisco José da Conceição Espadinha (comendador)

» Hermâni Almeida (comendador)

» Dr. José Mário de Almeida Cardoso (comendador)

» Dra. Maria Teresa Osório Mesquita Montes (comendador)

» Dr. Miguel Pavão (oficial)

» Anafre – Associação Nacional de Freguesias (membro honorário)

» Centro Cultural "Os Serranos", de Newark, Nova Jérsei, EUA (membro honorário)

» Ordem da Instrução Pública

» Prof. doutor Francisco Artur de Vaz Tomé Laranjo (comendador)

» Ordem do Mérito Empresarial

Classe do Mérito Industrial

» Dra. Ana Paula Rafael (comendador)

» Eurico Manuel da Silva Ferreira (comendador)

» Ordem do Mérito Empresarial

Classe do Mérito Comercial

» Dr. Miguel Neiva (oficial)

» Mestre Miguel Pina Martins (oficial)

Oficiais das Forças Armadas fora das celebrações

DEFESA Militares dizem que seria uma "incongruência" participar no 10 de Junho depois de terem sido maltratados pelo poder político

Oficiais das Forças Armadas decidiram não participar nas comemorações do 10 de Junho considerando ser uma incongruência já que

têm vindo a demonstrar o seu descontentamento pela forma como os militares estão a ser tratados.

"Seria uma incongruência manifestar descontentamento com o que se passa com os militares e agora participar num evento com o qual até nos nos sentimos sentimentalmente irmanados. Depois dos acontecimentos recentes que culminaram na publicação do es-

tatuto que penaliza gravemente os militares e desrespeita e não honra aqueles que juraram defender a pátria, não faz sentido", disse o presidente da Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA), Pereira Cracel.

O responsável lembrou que, há poucos dias, uma delegação da AOFA, representativa dos três ramos das Forças Armadas, quis devolver

condecorações recebidas por serviços prestados em combate para contestar o novo Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFA), que aumenta a idade da reforma de 65 para 66 anos, a partir de 2016, além de um outro modelo de convocação de militares na reserva para o desempenho de funções, por exemplo, mas foi impedida de se aproximar do Palácio de Belém. **Lusa**



ID: 59666357

11-06-2015

Polícias vão poder levar vítimas para casas de abrigo de imediato

Maus-tratos. Nova lei prevê que encontros restaurativos entre vítima e agressor acabem, escolas sejam obrigadas a sigilo em casos de filhos que fujam de pais agressores e reforça papel de polícias

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

As polícias vão poder passar a encaminhar – no imediato e dispensando burocracias – as vítimas de violência doméstica para os centros de atendimento ou casas de abrigo, depois de serem agredidas. Assim, em “situações de emergência”, e que revelam um elevado risco – como seja o mais grave, de homicídio –, basta que um agente da PSP tenha conhecimento da ocorrência para, na hora, acompanhar a vítima e os filhos menores para uma casa de abrigo ou um centro de atendimento. Até agora, teria de haver um registo prévio feito pela linha nacional de apoio às vítimas de maus-tratos (através do número de atendimento 144). E só a partir daí se podia dar andamento ao processo.

Esta é uma das ideias-chave do plano de prevenção da violência doméstica da autoria da Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, a que o DN teve acesso. O diploma foi já aprovado na generalidade e espe-

ra agora a discussão na especialidade na Assembleia da República. “Tem de haver alguma experimentação no terreno para ter a certeza de que isto funciona”, explica o psicólogo Daniel Cotrim, assessor técnico da direção da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). “Porque há casos de agressões em que as polícias são chamadas a meio da noite e nem sempre há possibilidade de uma casa de abrigo receber pessoas durante a madrugada”, diz a mesma fonte.

O diploma acaba com o chamado “encontro restaurativo” entre vítima e agressor, ou seja, encontros que decorriam entre os dois, com consentimento da vítima, de forma a tentar um entendimento ou acordo. “Uma regra que não fazia sentido nenhum e que, na prática, nem era favorável para a prova”, explica Daniel Cotrim. As escolas passam a ser obrigadas à confidencialidade e não revelar qualquer dado de um menor filho de agressor que recebam no seu estabelecimento de ensino, depois de um processo de transferência. “O estabelecimento esco-

lar está obrigado a garantir sigilo relativamente às informações a que possa ter acesso por motivo de processo de transferência”, diz o documento.

Via verde nas ofertas de emprego
Conforme o DN já tinha noticiado, estas vítimas terão um atendimento prioritário nos centros de emprego e nas ofertas de trabalho disponíveis, de forma a serem encaminhadas o mais depressa possível para o mercado de trabalho e, desta forma, se autonomizarem financeiramente dos agressores.

João Lázaro, presidente da As-

sociação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), considera que é de salutar esta “via verde que as vítimas passam a ter no que respeita ao mercado de trabalho, bem como o carácter de urgência na atribuição do rendimento social de inserção”, explica ao DN. “O isolamento económico no mercado de trabalho, que tem sido agravado pela crise”, tem sido um obstáculo às possibilidades de a vítima “autonomizar-se e trabalhar num projeto de vida já sem violência”.

O diploma prevê a criação de uma base de dados de violência

doméstica diferente da criada para os abusos sexuais de menores – em que apenas terá “informação estatística de todos os casos sinalizados no país” e onde constarão dados pessoais dos agressores, mas apenas acessíveis às polícias. “Conforme já acontece atualmente”, explica Daniel Cotrim.

Menos uma mulher maltratada

O Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2014 registou 27 317 participações de violência doméstica pela GNR e pela PSP, menos uma incidente em relação ao cenário verificado em 2013. Relativamente à taxa de incidência, verificam-se 2,62 participações por cada mil habitantes. Em pelo menos cinco anos, mais de 10% das vítimas de violência doméstica têm idade inferior a 16 anos. O RASI revela ainda que “em 38% das situações a ocorrência foi presenciada por menores”.

Nas “Estatísticas APAV Crimes sexuais 2000-2012” refere-se que, neste período, foram totalizados 5710 casos de violência doméstica, correspondendo este número aos crimes de “violência doméstica – violação e abuso sexual de crianças”, com 3473 casos (53,7%). Segundo dados da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), foram registados 319 arguidos a cumprir pena ou com uma medida de coação com vigilância eletrónica, mais 23 do que os registados em 31 de dezembro do ano passado. No ano anterior, 229 agressores utilizaram a pulseira eletrónica, com 141 casos declarados findos nesse período.

LISBOA

Atendimento junto ao Hospital dos Capuchos

» Um equipamento multidisciplinar de apoio às vítimas de violência doméstica vai nascer em Lisboa, por iniciativa da Junta de Freguesia de Santo António, já em julho. O Espaço Júlia nasce em homenagem a uma idosa assassinada pelo marido em 2011. Neste equi-

pamento, que vai funcionar num espaço na Rua Luciano Cordeiro, junto ao Hospital dos Capuchos, as vítimas poderão beneficiar de “um atendimento especializado”, e em múltiplas valências, 24 horas por dia, e será prestado por “técnicos de ação social”.



ID: 59670563

11-06-2015

Projeto contra a violência vai continuar

© MARIA MEIRELES

Uma marcha silenciosa marcou o fim da iniciativa que utilizou o teatro como ferramenta para alertar centenas de jovens. Desde janeiro a **APAV DE VILA REAL JÁ REGISTOU 250 NOVOS CASOS**

Maria Meireles

● “Hoje é o culminar deste projeto que realmente surpreendeu-nos. Vamos fazer tudo para que continue e possa crescer, ganhe escala. Queremos chegar mais longe, a mais pessoas”, garantiu Eugénia Almeida, vereadora da Câmara Municipal de Vila Real, no final de uma marcha lenta que, realizada no dia 5, marcou o fim do projeto “Violência? Não Obrigado”.

“Não basta só dar soluções e apoio a quem é vítima, temos cada vez mais que trabalhar ao nível da prevenção e da sensibilização sobre a problemática da violência contra crianças, jovens, adultos ou idosos”, defendeu Elisa Brites, gestora do gabinete de Vila Real da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), uma das entidades parceiras do projeto que foi desenvolvido ao

longo do último ano letivo e envolveu cerca de 400 jovens de várias escolas.

Dirigido aos jovens dos 2.º e 3.º ciclos de ensino, o projeto foi implementado no terreno pela companhia de Teatro Urze, que ao longo do ano foi às escolas apresentar peças teatrais de curta duração, baseadas no conceito do “Teatro do Oprimido”, desenvolvido pelo teatrólogo brasileiro Augusto Boal que, através do teatro, trabalhou junto de comunidades com problemas sociais.

Depois do debate sobre a problemática foi a vez dos próprios alunos idealizarem e produzirem pequenas peças de teatro, poemas, pinturas ou cartazes que tiveram inspiração na temática da violência. Em abril, mais de 80 participantes do projeto, subiram ao palco do pequeno auditório para apresentar um espetáculo, o exercício



teatral “Gernika”.

Reconhecendo que acabar com a violência é uma utopia, Fábio Timor, diretor da Urze, explicou que “o objetivo principal era colocar no seio da escola a discussão sobre esses assuntos, mas não de uma forma formal, com alguma espontaneidade”. “Queremos que os jovens falem sobre o assunto, que olhem, particularmente, para comportamentos que têm e que de facto não são os melhores. Que se ques-

tionem, debatam, sensibilizem e que apoiem outros”, explicou.

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E JOVENS AUMENTOU

Desde janeiro o gabinete de Vila Real da APAV já recebeu 250 novos processos, cerca de 85 por cento dos quais situações de violência

doméstica. Outro dado que sobressai das estatísticas é o aumento de três por cento (de 2014 para 2015) no número de casos de violência contra crianças e jovens.

“Passaram de 900 situações denunciadas para quase 1000 casos. Sabemos que é a ponta do iceberg. Esperamos que estas campanhas sirvam para que, de alguma forma, os jovens saibam pedir ajuda e evitem situações de violência”, sublinhou.

No caso das situações de violência no namoro, a responsável da APAV salientou que “há uma maior paridade” em relação ao perfil da vítima e advertiu que atualmente, e segundo estudos recentes, este é um tipo de violência vista “como natural”. “Por isso faz toda a diferença que saibamos informar que efetivamente uma relação não é saudável quando existe qualquer tipo de violência, psicológica, física ou emocional”, concluiu

FILIPA COSTA

17 ANOS, ESCOLA CAMILO CASTELO BRANCO

● *Ganhamos uma visão diferente das coisas. Falamos de vários tipos de violência. Infelizmente são situações que vemos no nosso dia-a-dia. Ficamos mais preparados para lidar com este tipo de situações.*



MANUEL COSTA

19 ANOS, MORGADO MATEUS

● *Encarei este projeto de braços abertos. Nós somos o futuro, por isso não há melhor ideia que incutir em nós esses valores. Amanhã vamos ser pais, os valores que nos são incutidos hoje serão aqueles que vamos passar aos nossos filhos.*



APAV // 3 250 casos de violência este ano

MARCHA SILENCIOSA CONTRA A VIOLÊNCIA





APAV JÁ CONTABILIZOU 250 CASOS ESTE ANO //

Marcha silenciosa para dizer não à violência

Cerca de 200 pessoas marcharam em Vila Real, em protesto contra a violência, uma iniciativa que culminou um projeto da autarquia de luta contra este flagelo que envolveu alunos e usou como ferramenta o teatro.

A marcha teve início no largo da Estação e em silêncio percorreu algumas ruas da cidade e terminou na Câmara Municipal. Junto estudantes, professores, técnicos da autarquia, representantes da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e atores da Urze Teatro.

Foi mais uma iniciativa integrada no programa "Violência? Não obrigado" que arrancou no final do ano passado para alertar para o bullying, a discriminação pela orientação sexual e a violência doméstica.

A violência, nomeadamente a doméstica, continua a ser um assunto na ordem do dia com cada vez mais casos a serem noticiados. Ainda na semana passada o Tribunal de Vila Real deu início a dois julgamentos de violência que culminaram na morte de duas mulheres, uma no bairro da Araucária e outra em



Guiães.

A APAV, associação de apoio à vítima de Vila Real já recebeu este ano 250 novos processos. Destes, cerca de 80% são referentes a casos de violência doméstica em que a vítima é maioritariamente a mulher.

Elisa Brites a respon-

sável considera que é um número preocupante, pois "é uma situação que abrange todas as classes sociais e todas as faixas etárias e isso faz-nos sentir que ainda há muito para fazer".

Faz todo o sentido continuar a trabalhar no apoio às vítimas e na prevenção. "Temos cada vez mais de

trabalhar ao nível da prevenção e da sensibilização das problemáticas da violência quer contra crianças, contra jovens, adultos e idosos", frisou.

Para Elisa Brites é importante continuar a trabalhar na prevenção, "no sentido de mudar mentalidades e forma de estar".

O programa "Violência? Não obrigado" envolveu cerca de 300 estudantes dos 2.º e 3.º ciclos, professores e atores da Urze.

Numa primeira fase, a companhia foi às escolas apresentar peças teatrais de curta duração, baseadas no conceito do "Teatro do Oprimido", desenvolvido pelo teatrólogo brasileiro Augusto Boal que, através do teatro, trabalhou junto de comunidades com problemas sociais.

O objetivo foi, segundo o diretor da Urze, Fábio Timor, "colocar no seio da escola a discussão sobre o tema da violência". "Queremos que os miúdos falem sobre o assunto, questionem, que olhem para comportamentos que têm e que às vezes não são agradáveis", acrescentou.

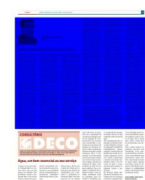
Este projecto também veio dar certeza à companhia de o trabalho em comunidade e para a comunidade é para continuar.

No final deste projecto a vereadora da Câmara de Vila Real, Eugénia Almeida, fez um balanço "extremamente positivo" porque alertou consciências. "É um plano inclusivo que se quer repetir e até ganhar escala no próximo ano. Ir a mais públicos e a mais pessoas", afirmou.

Filipa Costa, estudante de 17 anos da Escola Camilo Castelo Branco, afirmou que ganhou uma "visão diferente" da problemática e elogiou o projeto. "Mostrar que fazemos a diferença é muito importante", sublinhou.

Manuel Costa, de 19 anos e que frequenta um curso profissional na escola Morgado Mateus, salientou que "encarou o projeto de braços abertos" e só lamentou ter sido o único da turma a marcar presença na marcha de hoje.

Cristina da Santa Ferreira



José Maria Cardoso
Professor

“Entre marido e mulher meta a colher”

A princípio é simples, sofre-se sozinha. Ouve-se o insulto anicha-se à ofensa. Sente-se a calúnia e verga-se á difamação. Aguenta-se o maltrato teme-se a ameaça. Passados dias recompõe-se o laço alenta-se a vivência como se tudo tivesse sido o episódio escuro da tela colorida. É a ternura que volta e senta-se ao colo do perdão. Mas o sonho lindo ferve e regurgita o pesadelo. O monstro volta e volta-se para a vítima. Solta as rédeas e destila a injúria em dose mais forte e mais duradoura. Anda-se com medo e vive-se em pavor à espera do encontro do temor. O intervalo enternecedor é cada vez mais cerceado, projetando o fantasma no filme da vida. Até que um dia a cela se fecha, a violência se estende, a fera se expande e o homem se extingue. Tudo é raiva recalcada de frustração cimentada. Tudo é força cobarde para abater a fragilidade. Tudo é bestialidade e atrofio carregada de inép-

cias cerebrais. É a ignorância de quem não tolera a diferença ou a intolerância de quem não entende a dissemelhança. É a tacanhez mental de quem se rege por uma ordem hierárquica de dominância em que os/as outro(a)s são pertença como que propriedade comprada. É a humilhação dos mais débeis pela postura bruta da musculação, ao jeito medieval de impor a presença. Esta é a morte lenta, permanente e corrosiva de tantos seres. Muitas mais mulheres que homens e por inerência crianças. Em crescendo com jovens enamoradas e cada vez mais em meios escolares. São vidas desfeitas por relações opressoras em atos selvagens de violência gratuita. Começa pelo estalo, vulgariza-se no pontapé, extrema-se na pancada sempre solidificada pelo ultraje. Muitas vezes e tragicamente termina no homicídio. Segundo a APAV, em 2014, 24 mulheres por dia (uma por hora) foram vítimas

de violência doméstica em Portugal num total de 8733 registos, ocorrendo 125 tentativas de crime de homicídio (2,4 por semana) do qual resultaram 48 assassinatos (4 por mês). São os números da vergonha num país de uma Europa dita civilizada em pleno século XXI, que a todo(a)s deve atormentar. 83% destes crimes foram cometidos por pessoas com quem estas mulheres mantinham relações de intimidade e mais de metade já tinham anteriormente sido vítimas de violência doméstica por parte dos maridos ou companheiros. Esta constatação configura a evidência de que a permanência em relações violentas aumenta o risco letal de uma violência doméstica como preditor do femicídio. Como diminuir o risco e travar esta repugnante realidade? O instinto violento não é uma predestinação genética que determina personalidades rancorosas, como que diabolizadas pela

marca da intolerância. Não é hereditário nem congénito, como se de uma doença se tratasse, nem se pode desculpabilizar por reminiscências de práticas geracionais. Não é instabilidade emocional e/ou reorganização da energia psíquica como forma expansiva do comportamento, numa espécie de fúria incontida em temperamentos descontrolados. Não é o amor traído e o ciúme agastado que inflama a cólera do desespero e tolda a mente da afeição e do discernimento. Não é a exclusão social, a desestruturação familiar, a dívida impagável ou a crise da vivência, que gera e banaliza a postura grotesca da violência. É verdade que ninguém é emocionalmente estático, como que entubado numa racionalidade pura de padrão comportamental. Há uma emoção flutuante que, por vezes, navega em derivas pantanosas que soterram a lucidez e içam a estupidez. É, também, assim que se constroem e se revelam as personalidades. Estabelecer as balizas da conduta, assentar por onde se regem os valores, situar os parâmetros da atitude,

é compreender que dentro de nós, no profundo do ser como queremos que seja, há uma inteligência enorme, simples e natural, que tem de saber o que fazer e para onde nos levar. *A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota* (Jean-Paul Sartre). A violência é tortura, é indecência, é cobardia, é crime. É uma obrigação moral identificar a violência doméstica como a mais grave e persistente violação dos direitos humanos em Portugal. Temos de criar condições para desconstruir o silêncio antes que a dureza destrua as vidas. As políticas económicas têm de almejar um progresso social que emancipe as mulheres e equilibre as disparidades como forma de integração e participação plena na sociedade em que todo(a)s tenham poder de decisão sobre os diferentes domínios das suas vidas numa opção livre da garantia das suas vontades e anseios. Apesar dos esforços conduzidos por meritórias organizações, que no terreno denunciam os casos e apoiam as vítimas, exige-se dotar de eficácia a le-

gislação de erradicação da violência doméstica através de mecanismos que eliminem práticas inadequadas e atitudes discriminatórias que se fazem sentir na sociedade portuguesa. Urge criar um Plano Nacional para a Educação dos Direitos Humanos que instrua os jovens para a não discriminação. Devem ser desenvolvidos materiais educativos e integrados nos currículos de todos os níveis de ensino, visando a prevenção e desafiando as ideias que tornam a violência doméstica desculpável. Professore(a)s, formadore(a)s, pais, cidadãos/ãs, todo(a)s têm de participar no esforço de ultrapassar preconceitos e estereótipos que atribuem às mulheres e raparigas papéis de subordinação e que contribuem para a violência. Esta humilhação e perda de dignidade aniquila as vidas, mata a esperança e extermina a felicidade. A violência doméstica não são histórias de ficção ou de vitimização infundada num país longínquo de arcaísmo cultural. É uma hedionda realidade próxima de nós entre pessoas que muitas vezes nos são próximas. Não podemos ser cúmplices da barbárie e fechar os olhos porque não queremos ver. Impõe-se, por decência moral, inverter o aforismo popular, erigindo o preceito que entre marido e mulher temos de “meter a colher”.

O autor escreve de acordo com as regras do novo acordo ortográfico

“Segundo a APAV, em 2014, 24 mulheres por dia (uma por hora) foram vítimas de violência doméstica em Portugal num total de 8733 registos, ocorrendo 125 tentativas de crime de homicídio (2,4 por semana) do qual resultaram 48 assassinatos (4 por mês). São os números da vergonha num país de uma Europa dita civilizada em pleno século XXI...”

Penafiel Ex-comerciante de peixe viu juíza aplicar-lhe pena suspensa por lenocínio

“Rei do Bacalhau” condenado a indenizar APAV



“Tenha juízo”, disse a juíza Ana Santos a Arménio Freitas

Roberto Bessa Moreira
policia@jn.pt

► Arménio Freitas foi, ontem, condenado a dois anos e dez meses de prisão, no processo conhecido como “Rei do Bacalhau”. A pena fica, no entanto, suspensa e condicionada ao pagamento de cinco mil euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

O antigo comerciante de peixe congelado, de 45 anos, foi considerado culpado do crime de lenocínio, por ter lucrado cerca de cinco mil euros mensais com uma rede de prostituição centralizada no concelho de Paredes.

No Tribunal de Penafiel, o empresário foi ainda absolvido dos crimes de auxílio à imigração ilegal e de branqueamento de capitais. O caso remonta ao final do mês de julho do ano passado, quando elementos do Serviço de Estrangeiros

pena :

5

mil euros deverá Arménio Freitas entregar à APAP para não ir preso dois anos e 10 meses por lenocínio

e Fronteiras (SEF) realizaram várias buscas em apartamentos e moradias em Paredes e Penafiel.

Nessa altura, os inspetores apanharam em flagrante várias prostitutas a praticar atos sexuais com clientes que se deslocavam aos

apartamentos depois de lerem anúncios de teor sexual publicados nos jornais.

Arménio Freitas foi detido e acusado de ser o líder de uma rede de prostituição que integrava mulheres de diversas nacionalidades. Algumas delas estavam no país ilegalmente. Em tribunal, mostrou-se arrependido e confessou que, entre janeiro e julho de 2014, recebeu dez euros por cada relação sexual mantida nos seus apartamentos. Revelou, igualmente, que apenas uma das mulheres chegou a praticar relações sexuais com “30 a 40 homens por dia”. “Em média, atendia 15 clientes por dia”, disse.

O tribunal fez as contas e concluiu que, depois de suportar as despesas com as rendas das casas, pagamento da publicidade nos jornais e com a compra de preservativos, o “Rei do Bacalhau” teve um “ganho líquido mensal não inferior a cinco mil euros”.

Os juízes já não deram como provado, tal como constava da acusação, que esse dinheiro tivesse sido investido num gabinete de estética e numa sapataria, de forma a ser camuflado. Também não foi provado que Arménio Freitas auxiliasse a imigração ilegal.

Assim, a pena foi fixada nos dois anos e dez meses de prisão, suspensa por igual período de tempo. Arménio fica ainda obrigado ao pagamento, durante o prazo da pena, de cinco mil euros à APAP. Caso não o faça, terá de cumprir pena de prisão efetiva.

No final da leitura do acórdão, a juíza Ana Santos salientou a benevolência da decisão. “Isto é um voto de confiança. Tenha juízo”, disse a magistrada ao condenado. ●



AUMENTAM QUEIXAS POR VIOLAÇÃO

Joana Ferreira da Costa*

joana.f.costa@sol.pt

Duas raparigas, de 12 e 16 anos, foram violadas em discotecas no mês passado. As denúncias deste crime subiram em 2014 e a APAV alerta que o 'date rape' tem tendência a crescer.

A festa Dirty Mind prometia uma noite sem limites no Cartaxo, num local que só foi divulgado horas antes. Na discoteca onde se realizou a festa, não havia regras e até as casas de banho eram mistas. Foi aí que, na madrugada de 24 de Maio passado, uma adolescente de 16 anos foi violada por um segurança de 29 anos, contratado ocasionalmente para fazer a vigilância do espaço.

A jovem, que saíra com um grupo de amigas, estava muito alcoolizada e terá começado a vomitar no jardim no interior da discoteca, contou ao SOL um dos participantes da festa. Foi levada para a casa de banho por um segurança e aí terá sido violada.

Ainda em choque, a adolescente contou o que se passara às amigas que a acompanhavam. Foram elas que avisaram os pais da jovem, que apresentaram queixa às autoridades. Foi então levada ao Hospital de Santarém, onde fez exames e perícias, e o segurança foi entretanto detido, «por fortes indícios de violação». Em tribunal, disse que as relações sexuais foram consentidas, tendo saído em liberdade, mas ficando obrigado a apresentar-se duas vezes por semana às autoridades.

Combater a vergonha

Não foi a única menor a ser violada no mês passado numa noite de festa. A 2 de Maio, um sábado, uma rapariga de 12 anos que saíra para uma discoteca na zona de Sintra foi forçada a ter relações sexuais no parque de estacionamento. A jovem, que saíra com amigas mais velhas e com autorização dos pais, terá chegado à discoteca já alcoolizada. Acabou por ser levada pe-

las amigas para o carro, onde ficou deitada. Foi aí que foi violada por um jovem de 19 anos, que era conhecido das amigas. Depois de a rapariga apresentar queixa, o agressor foi apanhado e ficou detido preventivamente.

As denúncias de violação aumentaram no ano passado: as autoridades abriram 374 inquéritos, mais 30 (8,7%) do que em 2013, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna. A maioria das vítimas (27%) tinha entre 21 e 30 anos. Os pedidos de ajuda por este crime à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) também dispararam: foram 139 durante o ano passado, quando em 2013 eram apenas 83.

Já os casos como os que envolvem as duas adolescentes violadas no mês passado escapam a esta radiografia. Por um lado, porque estas jovens raramente apresentam queixa: «Temos noção de que haverá muitas situações, mas as que envolvem menores raramente são denunciadas»,

lamentava ao SOL fonte da Polícia Judiciária (PJ), lembrando que as adolescentes têm vergonha e também sentimentos de culpa porque muitas vezes estão alcoolizadas.

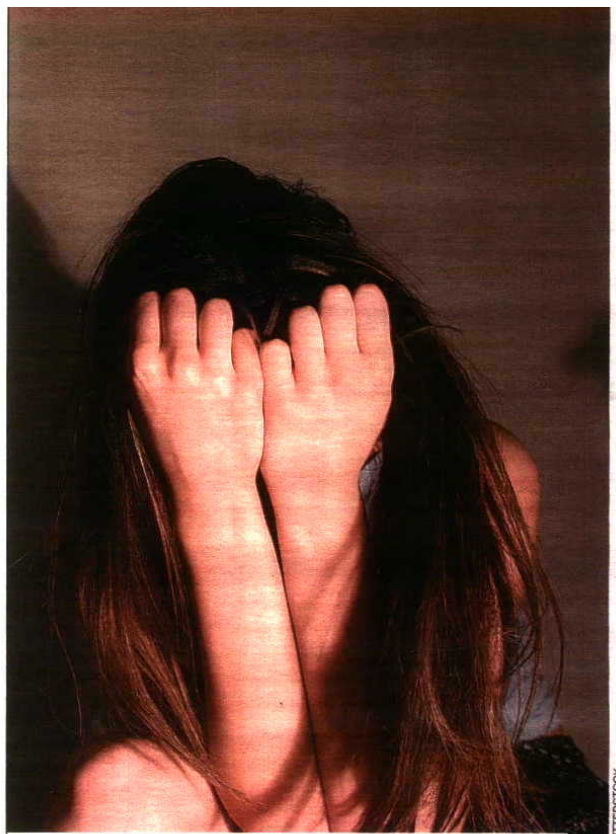
Por outro lado, porque as violações de menores são consideradas à luz da lei abusos sexuais (até aos 14 anos) ou abusos de adolescentes (14-16 anos) e não surgem discriminadas nas estatísticas enquanto tal.

'Date rapes' preocupam

Para a Judiciária, o aumento de denúncias no ano passado ainda não permite concluir por uma tendência de crescimento de casos, explicando antes esta subida com a mudança de mentalidade perante este tipo de crime: «Há menos tabus e uma maior disponibilidade das pessoas para pedir ajuda», conta ao SOL a psicóloga criminal Cristina Soeiro.

A explicação da APAV vai no mesmo sentido: «Pessoas mais informadas denunciam mais», defende Daniel Cotrim, psicólogo, explicando que a associação é cada vez mais contactada por vítimas que querem saber o que fazer antes de apresentarem queixa.

As violações de adolescentes e de jovens adultos preocupam esta



Na maioria das vezes, a violação é um crime de oportunidade

associação, sobretudo os chamados 'date rapes': violações que ocorrem durante encontros amorosos e que muitas vezes são cometidas drogando as vítimas para diminuir a sua capacidade de reação e resistência.

«Este é um tipo de crime que tem tendência a aumentar», alerta Daniel Cotrim, lembrando que há cada vez mais pessoas a marcarem encontros com desconhecidos ou pessoas que conhecem através da internet, em chats ou nas redes sociais, o que faz disparar o risco.

«Na APAV, acompanhamos vários casos de jovens, quer mulheres quer homens, que foram violados depois de serem drogados com um sedativo muito forte e de actuação rápida, que prova alguma amnésia temporária», adianta o psicólogo. Muitas vezes, estas vítimas só se apercebem de que foram alvo de agressão sexual pelas marcas de violência deixadas no corpo, pois não têm memória do que lhes aconteceu, o que dificulta a recolha de vestígios para fazer prova do crime, que depende da apresentação de queixa. Por isso, a APAV até teve um programa de alerta junto

dos jovens universitários de Coimbra para prevenir o fenómeno.

Crime de oportunidade

A violação é, na maioria das vezes, um crime de oportunidade. «Houve uma altura em que houve vários casos à hora de saída das empregadas que fazem limpeza nos bancos e escritórios», recorda Cristina Soeiro. Por isso, alerta que os jovens adultos, pelo estilo de vida que fazem, correm um maior risco: «Bebem, estão em discotecas e bares, mais facilmente contactam e estabelecem conversa com desconhecidos». Por outro lado, quem utiliza as novas tecnologias para encontros amorosos fica mais vulnerável: «Muitas vezes, os que recorrem aos meios online são pessoas com dificuldades relacionais e, por isso, já têm características de risco».

Muitos violadores vivem solitários e têm algum tipo de isolamento social, sublinha a especialista, que fez um «estudo exploratório» do perfil dos agressores com base em casos resolvidos pela PJ. Mais do que motivações sexuais, concluiu que procuram através da agressão a sensação de poder e controlo.

*com Mariana Madrinha

Homens também são vítimas

No ano passado, 30 das queixas de violação que chegaram às autoridades foram feitas por homens, na grande maioria contra outros homens. «São geralmente situações de ajuste de contas ligadas a outros crimes, como o tráfico de droga», diz a psicóloga criminal Cristina Soeiro. Nestes casos, o objectivo do violador é sempre o de humilhar e vergar o outro. Há também violações de estudantes universitários por outros e até de homens forçados a ter sexo com mulheres. «São casos raros, mas acontecem num contexto de violência doméstica em que o homem é forçado a ter relações», adianta Daniel Cotrim, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). J.F.C.

Atual

VÍTIMAS EM SILÊNCIO

Só em 2014, a Associação de Apoio à Vítima registou dois novos casos de violência a idosos por dia.

OS números são assustadores e dão que pensar! Só este ano, as autoridades portuguesas assinalaram cinco mil novos casos de idosos abandonados, um número que reflete um crescimento de 13 por cento em relação ao ano passado. É que, quando se fala em violência, não nos podemos referir só à física. A violência psicológica merece tanta atenção como a anterior. “A violência física e a psicológica são as mais frequentes, mas a financeira também assume um papel de destaque”, diz-nos Maria Oliveira, assessora técnica da Associação de Apoio à Vítima (APAV). Na verdade, e segundo nos conta, esta associação tem alguns casos em mãos. “São mais do que se pensa e têm vindo a aumentar. A maior parte dos casos de violência é praticada por um familiar. No ano passado, tivemos uma média de duas pessoas por dia.”

Fique a saber

15 de junho é o Dia Mundial da Consciencialização da Violência Contra a Pessoa Idosa

A Associação de Apoio à Vítima tem 852 casos em mãos

VIOLÊNCIA AUMENTA SOBRE IDOSOS

Só em 2014, a APAV registou 852 casos de violência contra idosos, um aumento de dez por cento em relação ao ano anterior. “São números preocupantes, ainda para mais se pensarmos que a maior parte dos idosos que sofre algum tipo de violência não consegue identificar-se nesse contexto”, diz-nos Maria Oliveira. Para terminar, a assessora refere o estudo Envelhecimento e Violência,

coordenado pelo Instituto Ricardo Jorge, com a colaboração da APAV: “Em cada mil idosos, estima-se que 123, com 60 anos ou mais, já sofreram algum tipo de violência.”

Mais informações em:

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À VÍTIMA (APAV)
Linha gratuita – 116006,
dias úteis das 9h00 às 19h00

Texto: Marta Matreño; Fotos: Impala



Madeira líder em 2014 na violência contra idosos

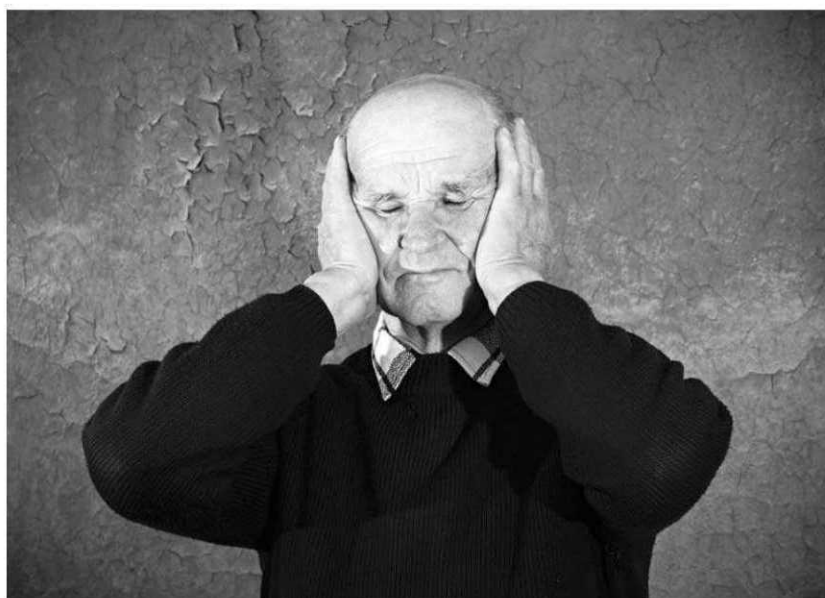
PAULA HENRIQUES

phenriques@dnoticias.pt

15,4% dos idosos na Madeira eram vítimas de violência em 2014, o que significa que pelo menos um em cada dez era maltratado. O estudo foi realizado no âmbito do projecto 'Envelhecimento e Violência' e apontava a Região como líder, num quadro em que a média era de 12,3%.

O estudo que decorreu entre 2011 e 2014 foi promovido pelo Instituto Nacional Dr. Ricardo Jorge, em parceria com a Universidade Nova de Lisboa, o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, o Instituto de Segurança Social e a Guarda Nacional Republicana. Foi apresentado em Fevereiro do ano passado e referido ontem na apresentação da campanha 'Idosos/Violência: tolerância zero!', a lançar pela Associação de Reformados e Pensionistas da Região Autónoma da Madeira para assinalar o Dia Mundial de Combate à Violência contra o Idoso, que se celebra segunda-feira.

A campanha a lançar na Madeira pela ARPIRAM pretende sobretudo alertar para esta realidade e nesse sentido a Associação vai promo-



A violência assume várias formas incluindo a psicológica. FOTO SHUTTERSTOCK

ARPIRAM LANÇA CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO COM VISTA À TOLERÂNCIA ZERO

ver até Outubro uma série de iniciativas, a anunciar à medida que forem acontecendo, revelou Margarida Vasconcelos.

A presidente alerta: "Os dados agora revelados poderão muito bem ser apenas a ponta do iceberg, já que a violência contra idosos é, à semelhança de outras problemáticas similares, um fenómeno envergonhado, sobre o qual, por vários motivos, muito pouco ou mesmo nada se sabe para lá da esfera familiar e de convivência do abusado".



ID: 59709610

14-06-2015

Cerca de 800 crianças e jovens vítimas de violência em casa

São menores de São Miguel que foram vítimas ou estiveram expostas à violência. Em sessões de terapia estão mais de 400

ANA PAULA FONSECA
afonseca@acorianooriental.pt

No ano passado foram mais de 800 crianças e jovens, na ilha de São Miguel, que foram vítimas de violência física e psicológica, no seio familiar.

A falta de condições económicas provocada na sua maioria pelo desemprego tem levado que cada vez mais crianças sejam vítimas de violência conjugal. Os números de crianças sinalizadas e alvo de sessões de terapia revelados por várias instituições espelham esta realidade.

No ano passado, só pelo Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica (CTFIS) passaram 470 crianças e jovens vítimas da violência conjugal. Este número faz parte dos 1050 utentes acompanhados pelo CTFIS, sendo que 580 são adultos.

Pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJR) de São Miguel, foram sinalizadas e instaurados processos a mais de 200 menores. A estes números juntam-se os filhos de mulheres vítimas de violência doméstica que têm passado pela Umar-Açores. Das 50 mulheres que em 2014 recorreram à União de Mulheres Alternativa e Resposta, mais de 100 crianças foram expostas à violência sobre as mães, segundo avança Maria José Raposo, da UMAR-Açores.

A problemática da violência sobre menores em Portugal acentuou-se ao longo do ano passado, numa tendência que se tem vindo a verificar desde 2012.

O relatório da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR) de 2014 destaca que as sinalizações de crianças e jovens por exposição a comportamentos que comprometem o seu bem-estar e o seu desenvolvimento, dominam em mais de 90% dos casos de processos abertos, transitados do ano anterior e que tiveram de ser reabertos. No ano passado as situações de perigo comunicadas às CPCJR foram, na sua maioria, a exposição a comportamentos que possam comprometer



JOSÉ CARMO / GLOBAL IMAGENS

Mais de 90% dos processos das CPCJR são relativos à exposição de crianças a comportamentos que comprometem o seu bem estar

470

CRIANÇAS/JOVENS
Centro de Terapia Familiar acompanhou 470 crianças/jovens e 580 adultos

200

CPCJR DE SÃO MIGUEL
Em 2014, mais de duas centenas de menores foram sinalizados pelas CPCJR

19.600

PROCESSOS
Relativos a crianças expostas, em Portugal, a comportamentos de risco

o seu bem-estar, totalizando mais de 19.600 processos. A negligência surge como a situação de perigo mais sinalizada, com de 17 mil e 300 processos, seguindo-se as situações de perigo em que estejam em causa o direito à educação, com 13 mil processos.

Os Açores continuam a ser a sétima região do país com maior impacto no volume processual das CPCJR, com um total de 3.837 processos, sendo 2.183 transitados, 1.275 instaurados, e 379 reabertos.

A par da frieza estatística, um facto é que as consequências da exposição à violência no seio da própria família são graves para o desenvolvimento físico e psicológico das crianças. Em São Miguel está inclusivamente em curso um Programa de Impacto da Violência Conjugal sobre Crianças, a cargo do CTFIS.

Traumas na crianças

Segundo os psicólogas e terapeutas familiares, Margarida Oneto e Ruben Santos, do CTFIS, se os efeitos produzidos pela vivência de um "evento traumático de forma contínua/crónica podem ser muito graves dado que afetam de forma profunda os significados cruciais na vida de uma pessoa", no caso das crianças, alteram-se "sentimentos de valor próprio, a crença de ser querido e atendido, o sentimento de segurança e confiança no mundo e nas pessoas que as rodeiam, ou a perceção de controlo sobre os acontecimentos e a vida em geral".

Para estes psicólogos a relação entre a violência física, psicológica ou sexual exercida sobre uma pessoa tem um "conjunto de repercussões negativas ao nível físico e psicológico" e que são "ex-

ponenciadas pelo facto do agressor ser, simultaneamente, o seu pai, figura central e de referência para a criança, e a violência acontecer dentro da sua casa, lugar de refúgio e proteção".

É frequente, avançam, que quando a criança toma consciência das "circunstâncias" que a envolvem, isto leva a uma "completa destruição de todas as suas bases de segurança, deixando-a entregue a sentimentos de vulnerabilidade, medo ou preocupação de que a experiência traumática possa repetir-se, levando a elevados níveis de ansiedade. Infelizmente, em muitos casos, a experiência temida repete-se de forma intermitente ao longo de vários anos constituindo-se como uma ameaça contínua e percebida como incontrolável".

Mas não é fácil, segundo Margarida Oneto e Ruben Santos chegar a estas crianças: "A dificuldade surge, muitas vezes, porque a violência conjugal é encarada pelos pais como um problema que envolve apenas o casal".

Por outro lado, muitas crianças tentem "minimizar a importância da violência à qual são expostas, por exemplo, evitando falar sobre o assunto", alertam, subli-

nhando ser "importante ajudá-las a dar um sentido a esses acontecimentos e a reenquadrar todos os sentimentos que daí advêm".

Na opinião destes especialistas, a abordagem "relacional sistémica" revela-se "eficaz para a superação do trauma relacional inerente à dinâmica da violência conjugal, uma vez que todos os elementos afetados são incluídos no sistema de acompanhamento, permitindo o acesso à 'voz' de todos e uma consequente reabilitação sustentada".

A intervenção, explicam, é desenvolvida tendo como base sessões de acompanhamento familiar; bem como sessões de acompanhamento individual quer com a criança/jovem ou fratrias, quer com a mãe ou pais (casos em que o contexto de segurança está garantido).

A intervenção especializada sobre crianças e jovens expostos/vítimas de violência conjugal implica uma "estratégia concertada" entre diferentes estruturas sociais, permitindo atuar sobre o domínio da prevenção, da intervenção precoce e do tratamento, e deve "agregar competências diferenciadas, oriundas de organizações situadas no campo da Saúde, Proteção à Infância, Igualdade de Oportunidades, Justiça, e Educação", segundo Margarida Oneto e Ruben Santos.

Missão do CTFIS

O CTFIS desde 1998, trabalha com indivíduos, casais, famílias e outras organizações com dificuldades de relacionamento, ao abrigo de um protocolo de cooperação com o Instituto da Segurança Social dos Açores.

Tem como principal objetivo o crescimento e desenvolvimento psicossocial destas pessoas, assim como a mudança de comportamentos e atitudes. A sua missão promover o desenvolvimento integral de cada pessoa, família, grupo ou organização e contribuindo para gerar mudanças que proporcionem um maior nível de bem-estar.

O CTFIS é constituído por um conjunto de técnicos e técnicas de diferentes áreas profissionais, sendo o denominador comum a especialização em Terapia Familiar, em Intervenção Sistémica e em Mediação Familiar, trabalhando com as famílias para melhorar as suas relações, promovendo a qualidade de vida e potenciando o papel destas enquanto agentes de mudança. *

APAV apela a mais denúncias

Sociedade. Todas as semanas, em média, 16 idosos são vítimas de violência no País, um crime cada vez menos tolerado, mas que precisa de ser mais denunciado, diz a APAV.

“É um crime com que, cada vez mais, as pessoas não estão a compactuar, nem a ficarem caladas”, mas ainda há muito mais a fazer em relação aos idosos”, disse Maria de Oliveira, técnica da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que falava à Lusa a propósito do Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas, que se assinalou ontem. Os casos de violência contra idosos que chegam à associação cresceram de 774 em 2013 para 852 no ano passado, mas a APAV tem a noção que estes “dados podem não espelhar a realidade”, adiantou.

Para apurar esta realidade, a APAV colaborou num estudo realizado entre 2011 e 2014 que “demonstra que há uma prevalência de pessoas idosas vítimas de crime muito elevada [em Portugal] em comparação aos outros países europeus”, adiantou a técnica. Segundo o documento, em cada mil portugueses com 60 ou mais anos, 123 podem ser alvo de algum tipo de violência por parte de familiares, amigos ou vizinhos, quando a

PUB



Os idosos vivem muitas vezes este crime em silêncio porque “têm medo de denunciar”, “têm medo de represálias”, que “ninguém vá acreditar neles” e de pensarem que são “um estorvo”. © 123RF

Sensibilização

Para sensibilizar jovens e crianças, a APAV tem realizado ações de sensibilização em estabelecimentos de ensino: “Achamos que é fundamental”, porque muitas vezes “não têm noção do que é que envolve o envelhecer”. Além disso, “estas crianças e jovens serão os cuidadores de amanhã e convém sensibilizá-las” para estas questões e explicar-lhe que há várias formas de violência (psicológica, sexual, financeira, física e negligência).

média nos outros países da União Europeia é de 21 a 22 em cada mil pessoas.

Maria de Oliveira destacou a importância de datas como esta para “alertar para estas situações que ainda acontecem e que ainda são pouco denunciadas pela sociedade”, apesar de já existir uma “certa intolerância a este fenómeno”.

Os idosos são “vítimas de vários tipos de crime, desde burlas até às situações de violência doméstica, e tudo isto acarreta a necessidade de sensibilizar os jovens para esta temática, cada vez mais cedo”, acrescentou a especialista.



Portugal tem uma taxa de crimes contra idosos superior à UE

RODRIGO CABRITA

Todas as semanas 16 idosos são vítimas de violência

Agressões contra os mais velhos cresce desde o ano 2000. No ano passado, o aumento foi de 10%

Todas as semanas, em média, 16 idosos são vítimas de violência em Portugal cometida sobretudo por familiares. Os números foram ontem revelados pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) para assinalar o Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas. As estatísticas da associação mostram ainda que este fenómeno tem aumentado consecutivamente, desde o ano 2000.

Os casos de violência contra idosos que chegam à associação cresceram de 774 em 2013 para

852 no ano passado, mas a APAV tem a noção que estes dados podem não espelhar a realidade. "Tivemos, em 2014, um aumento de cerca de 10% em relação ao ano anterior. A média de pessoas idosas vítimas de crime e violência que recorreram aos nossos serviços é de 16 por semana e de 2,3 por dia", contou à Lusa Maria de Oliveira, técnica da associação.

Para apurar esta realidade, a APAV colaborou num estudo realizado entre 2011 e 2014 que demonstra que há uma prevalência de pessoas idosas vítimas de crime muito elevada em Portugal em comparação aos outros países europeus: um em cada mil portugueses com 60 ou mais anos podem ser alvo de algum tipo de violência por parte de familiares, amigo, vizinho ou profissional

remunerado, quando a média nos outros países da União Europeia é de 21 a 22 em cada mil pessoas.

Os idosos são "vítimas de vários tipos de crime, desde burlas até violência doméstica, e tudo isto acarreta a necessidade de sensibilizar os jovens para esta temática, cada vez mais cedo", alertou.

Já os idosos vivem muitas vezes este crime em silêncio porque "têm medo de represálias", receio de que "ninguém vá acreditar neles", das consequências legais e ainda de pensarem que são "um estorvo", explica Maria de Oliveira. Há ainda situações em que os idosos têm possibilidades financeiras, uma boa residência, mas "dependem emocionalmente" do prestador de cuidados que muitas vezes é um familiar, conclui a técnica da APAV. Lusa



Mais violência contra idosos

APAV recebe diariamente dois seniores vítimas de violência e delitos. Já a GNR registou quase 13 mil crimes em 2014.

PATRÍCIA SUSANO FERREIRA
pferreira@destak.pt

Todas as semanas, 16 idosos recorrem aos serviços da Associação de Apoio à Vítima (APAV) para denunciar casos de violência, a uma média superior a dois casos por dia, num total de 852 queixas em 2014, valor superior em 10% ao verificado no ano anterior (774).



VÍTOR MOTA

GNR confirma cerca de 1.500 casos de violência contra seniores em 2014

Segundo um estudo da APAV, desenvolvido entre 2011 e 2014, por cada mil portugueses com 60 ou mais anos, 123 podem ser alvo de algum tipo de violência por parte de familiares, amigo, vizinho ou profissional remunerado, quando a média na UE é de 21 a 22 em cada mil cidadãos.

13 mil crimes contra idosos

No âmbito do Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas, que se assinalou ontem, a GNR revelou que em 2014 houve quase 13 mil crimes contra idosos, sendo que 1.500 destes foram casos de violência, sobretudo por parte da família (750).

Apesar de haver mais denúncias, as autoridades e os especialistas acreditam que esta é apenas uma parte de uma realidade muito mais vasta. Para o presidente da Federação das Instituições de Terceira Idade, denunciar os maus-tratos é um dever ético e cívico.



ID: 59737386

16-06-2015

APAV apela à denúncia de casos de violência contra idosos



Todas as semanas, em média, 16 idosos são vítimas de violência em Portugal, um crime cada vez menos tolerado, mas que precisa de ser mais denunciado porque os números ainda “não espelham a realidade”, defendeu ontem a APAV.

“É um crime com que, cada vez mais, as pessoas não estão a compactuar, nem a ficarem caladas”, mas ainda há muito mais a fazer em relação aos idosos”, disse Maria de Oliveira, técnica da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, a propósito do Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as

Pessoas Idosas, assinalado ontem.

Os casos de violência contra idosos que chegam à associação cresceram de 774 em 2013 para 852 no ano passado, mas a APAV tem a noção que estes “dados podem não espelhar a realidade”, adiantou.

Para apurar esta realidade, a APAV colaborou num estudo realizado entre 2011 e 2014 que “demonstra que há uma prevalência de pessoas idosas vítimas de crime muito elevada, em Portugal, em comparação aos outros países europeus”, adiantou a técnica.

Segundo o estudo, em cada mil portugueses com 60 ou mais anos,

123 podem ser alvo de algum tipo de violência por parte de familiares, amigo, vizinho ou profissional remunerado, quando a média nos outros países da União Europeia é de 21 a 22 em cada mil pessoas.

Maria de Oliveira destacou a importância de dados como a que se assinalou ontem para “alertar para estas situações que ainda acontecem e que ainda são pouco denunciadas pela sociedade”, apesar de já existir uma “certa intolerância a este fenómeno”.

Os idosos são “vítimas de vários tipos de crime, desde burlas até às situações de violência doméstica, e tudo

isto acarreta a necessidade de sensibilizar os jovens para esta temática, cada vez mais cedo”, mas também alertar os idosos para os vários tipos de crime que podem estar a ser alvo e os profissionais que cuidam destas pessoas.

Para sensibilizar os jovens e crianças para esta temática a APAV tem realizado várias acções de sensibilização em estabelecimentos de ensino: “Achamos que é fundamental”, porque muitas vezes “não têm noção do que é que envolve o envelhecer”.

Além disso, “estas crianças e jovens serão os cuidadores de amanhã e convém sensibilizá-los” para estas questões e explicar-lhe que há várias formas de violência (psicológica, sexual, financeira, física e negligência).

Já os idosos vivem muitas vezes este crime em silêncio porque “têm medo de denunciar”, “têm medo de represálias”, que “ninguém vá acreditar neles”, das consequências legais de estar a denunciar este tipo de situações e de pensarem que são “um estorvo”.

Há ainda situações em que os idosos têm possibilidades financeiras, uma boa residência, mas “dependem emocionalmente” do prestador de cuidados que muitas vezes é um familiar.

Para estes idosos, a APAV disponibiliza apoio social, jurídico e psicológico porque sabe que, “com esta população-alvo, o apoio tem de ser muito mais contínuo do que, por exemplo, com uma mulher vítima de violência doméstica”, disse Maria Oliveira.



Grupo de 16 idosas da Associação dos Pescadores Aposentados de Matosinhos deverá tricotar 36 metros da manta

Matosinhos Iniciativa solidária pretende alertar para a violência sobre idosos

A manta que em vez de cobrir quer deixar a descoberto

Filomena Abreu
locais@jn.pt

► Uma manta tricotada por utentes de várias instituições seniores do país está a ser preparada como forma de alertar para o problema da violência sobre os idosos.

A "Tricota esta ideia", assim se chama a iniciativa, teve a adesão por parte de todas as instituições que prestam apoio sénior em Matosinhos, que são 20 no total.

Na Associação dos Pescadores Aposentados de Matosinhos a manta já está em curso. Das quatro valências da unidade: centro de convívio, centro de dia, apoio ao domicílio e estrutura residencial para idosos (lar), há 16 pessoas a a dar uso às agulhas.

A ideia, nascida em Oeiras, mobilizou todos os concelhos do país. O que se pretende é que, até inícios de Setembro, sejam entregues em Lisboa todos os pedaços de lã tricotados pelo país, de modo a que, depois de cosidos, criem uma manta que se espera ter quilómetros e que por isso mesmo possa entrar para o Livro do Guinness.

Aproveitando a boleia, a Câmara Municipal de Matosinhos está a

protagonistas :



“É uma forma de entreter as senhoras aqui do centro. E ao mesmo tempo estamos a ajudar aqueles que precisam”
Maria Alice Simões

Utente da Associação dos Pescadores Aposentados de Matosinhos



“Acho que esta ideia é muito bonita. Eu já vou a caminho do nono quadrado. Ajuda-nos a passar o tempo e a ajudar os outros”
Deolinda Silva

Utente da Associação dos Pescadores Aposentados de Matosinhos

dar palestras no sentido de prevenir a violência sobre pessoas idosas que assume várias formas: física, psicológica, sexual, financeira e económica.

“Esta manta é simbólica. Pretende ligar e proteger todos os idosos enquanto cidadãos para que ninguém se sinta sozinho nestas questões de violência”, diz Rui Andrade, técnico de Ação Social da Câmara de Matosinhos.

A parte da manta desta instituição está dividida em quadrados de 30 centímetros. Pretende-se que cada quadrado corresponda a um utente, ou seja, 120 no total.

Até 29 de julho, esta associação terá prontos 36 metros de manta para serem entregues nos Paços do Concelho, em Matosinhos, que depois se juntarão ao resto do país.

Em 2013, a PSP acompanhou 17 mil crimes cometidos sobre pessoas com mais de 65 anos. No mesmo ano, a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima registou 774 casos de idosos vítimas de algum tipo de violência.

Os dados nacionais da APAV revelam que 32,9% dos casos de violência, em 2013, foram psicológicos e 16,5% foram abusos financeiros. ●



Violência Doméstica

Por
Dr.ª Corina Lopes

Portal da Amizade



“...eu não existia. Era um fantasma. Caminhava no vazio. As pessoas desviavam os olhos. Eu não estava ali. Olhavam para as nódoas negras por uma fracção de segundo e desviavam logo o olhar. A mulher não tinha nada de mal... a mulher ia contra as portas”.

Ou caía do escadote quando lavava as paredes. Quantos de nós já ouviram alguém justificar um olho negro desta forma?

Considero o tema que trazemos hoje muito pertinente e atual. Infelizmente está todos os dias nos órgãos de comunicação social. Morreram em Portugal, no ano passado, 48 pessoas vítimas de violência doméstica. Destas, 43 foram mulheres assassinadas pelos companheiros ou ex-companheiros.

Mas não, não é um problema português. Segundo números da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), no Reino Unido duas mulheres são mortas todas as semanas. No Brasil, uma mulher é agredida a cada 15 segundos. Em Espanha em 2014, foram assassinadas 71 mulheres pelos seus parceiros.

Mas já agora, uma curiosidade: Qual de nós nunca trauteou aquela canção da Nazaré que diz: **“Até o mar é casado, Até o mar tem mulher, É casado com a areia, Bate nela quando**

quer”. Que vos parece? É tão normal, não é? Dá que pensar. A violência doméstica é também uma questão de cultura, de tradição? Nunca esquecerei aquela senhora que após muita insistência sobre o que se passava lá em casa me diz: **“O meu marido bate-me todos os dias mas o problema é que agora, também discute todos os dias com o filho”**. O bater-lhe era normal, já não importava.

Violência Doméstica é a vontade que alguém tem de controlar e quebrar a vontade do outro. Pode ser física, sexual, psicológica, económica, social e ainda perseguição. Pode envolver pessoas casadas, a viver em união de facto ou numa relação de namoro.

A **violência emocional** é a mais difícil de detetar. É silenciosa, não deixa marcas visíveis mas pode tirar a auto estima à vítima, pode reduzi-la a nada. Fazê-la sentir medo, culpa, vergonha.

Violência Social é impedir o contacto com os familiares e amigos controlando as chamadas telefónicas, o email, o facebook. A vítima pode chegar ao ponto de ser trancada em casa.



Violência Física é esmurrar, pontapear, estrangular, queimar, impedir que a vítima tenha a medicação ou assistência médica de que necessita.

Violência Sexual é forçar a vítima a contactos sexuais que ela não deseja. Pressionar ou forçar ou tentar que tenha relações sexuais desprotegidas. For-

çar relações sexuais com outras pessoas.

Violência económica – controlar o ordenado do outro, recusar dar-lhe dinheiro ou obrigá-lo a justificar qualquer gasto. Ameaçar retirar o apoio financeiro como forma de controlar.

Perseguição é intimidar ou atemorizar o outro aparecendo no seu local de trabalho, controlando constantemente os seus movimentos quer em casa quer quando sai.

Temos estado a falar de violência numa relação conjugal. Mas violência doméstica também pode ser praticada contra idosos. Em 2014, por dia, 2 a 3 idosos foram agredidos. Este fenómeno está a aumentar a um ritmo muito preocupante. Por este motivo em 2006 a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o **Dia 15 de junho como Dia Mundial de Combate à violência contra o Idoso**. O objetivo da data é **“criar uma consciência mundial, social e política, da existência da violência contra a pessoa idosa, além de, ao mesmo tempo, disseminar a ideia de que não a podemos aceitar como normal.”**

Também as crianças sofrem direta ou indiretamente com a violência doméstica. Por semana 19 crian-

ças foram agredidas. Mas também 21 homens por semana sofreram violência doméstica. No entanto a mulher lidera em número. Em Portugal, uma mulher em cada três sofreu algum tipo de comportamento abusivo por parte do atual ou do ex-companheiro. E de que formas? Humilhação em público ou privado, proibição de sair de casa, obrigação de assistir a material pornográfico contra sua vontade e ameaças de violência contra ela ou contra pessoas de quem gosta.

Quanto às causas de toda esta agressividade? Ciúmes doentios, problemas de dependência, machismo e partilha de bens ou guarda dos filhos em situações de divórcio.

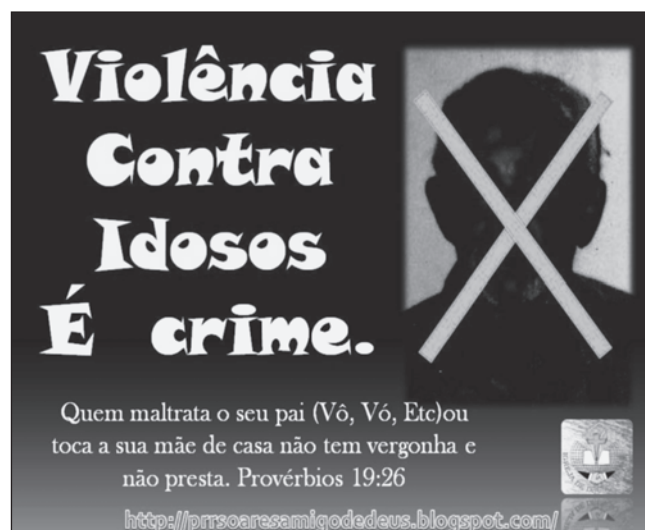
Estas informações constam do relatório da APAV do ano de 2014.

A Violência doméstica é crime e pode ser denunciada por qualquer cidadão que dela tenha conhecimento. Pode fazê-lo às Forças de Segurança (GNR e PSP), Serviços Sociais ou diretamente para a APAV, Gabinete de Apoio à Vítima, Escola Prática de Cavalaria, Largo Infante Santo, 2009-002 Santarém, telefone 243 356 505, fax 243 356 506 (das 14H00 às 19H00) ou apav.santarem@apav.pt

É importante que as vítimas de violência percebam que:

**Não estão sozinhas!
Não são um caso único!
Não têm culpa!**

Não permita, não consinta, não se silencie nesta turbulência cíclica.



**Violência
Contra
Idosos
É crime.**

Quem maltrata o seu pai (Vó, Vó, Etc) ou toca a sua mãe de casa não tem vergonha e não presta. Provérbios 19:26

<http://prsoaresamigodedeus.blogspot.com/>



Zumba fitness para dar apoio à APAV

“Vem dançar pela APAV no CNM” é o mote do mega evento solidário de zumba fitness que o Centro Norton de Matos (CNM) organiza hoje às 17h30. Os instrutores Emily Gooijer, Jacinta Rodrigues, Luís Brandão, Raquel Ferreira, Jorge Rodrigues, Patrícia Gaspar e Sara Cubal Pires irão dar o seu contributo para invadirem o recinto de jogos do CNM com alegria, movimento e espírito solidário. Este evento associa-se às comemorações dos 25 anos da APAV – Apoio à Vítima de Coimbra



Zumba no CNM solidário com APAV

●●● Um mega-evento de zumba realiza-se **hoje** a partir das **17H30**, no CNM - Centro Norton de Matos, numa organização de solidariedade com a APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Os instrutores são Emily Gooijer, Jacinta Rodrigues, Luís Brandão, Raquel Ferreira, Jorge Rodrigues, Patrícia Gaspar e Sara Cabral Pires.



A Violência Doméstica é um atentado à dignidade do Ser Humano. TODOS podemos ser vítimas de violência doméstica.

A violência doméstica abarca comportamentos utilizados num relacionamento, por uma das partes, sobretudo para controlar a outra.

As pessoas envolvidas podem ser casadas ou não, ser do mesmo sexo ou não, viver juntas, separadas ou namorar. As vítimas podem ser ricas ou pobres, de qualquer idade, sexo, religião, cultura, grupo étnico, orientação sexual, formação ou estado civil.

De acordo com a APAV o Crime de Violência Doméstica deve abranger todos os atos que sejam crime e que sejam praticados neste âmbito.

Podemos distinguir a Violência Doméstica entre:

- Violência doméstica em sentido estrito (os atos criminais: maus tratos físicos; maus tratos psíquicos; ameaça; coação; injúrias; difamação e crimes sexuais)

- Violência doméstica em sentido lato, que inclui outros crimes em contacto doméstico [violação de domicílio ou perturbação da vida privada; devassa da vida privada (imagens; conversas telefónicas; emails; revelar segredos e factos privados; etc. violação de correspondência ou de telecomunicações; violência sexual; subtração de menor; violação da obrigação de alimentos; homicídio: tentado/consumado; dano; furto e roubo)]

A violência doméstica engloba vários tipos de abuso, tais como:

- violência emocional;
- violência social;
- violência física;
- violência sexual;
- violência financeira;
- perseguição.

O ciclo da violência doméstica caracteriza-se pela sua continuidade no tempo, isto é, pela sua repetição sucessiva ao longo de meses ou anos. De tal forma que, as fases de tensão e de ataque mais violento passam a ser predominantes. Culminando em situações limite!

É a confluência de fatores intrínsecos e extrínsecos a quem é vítima, envoltos numa panóplia de mitos "desculpabilizantes" para o agressor e "culpabilizantes" para a vítima, que enredam as pessoas, as paralisam e as fazem manter numa realidade de violência!

Todas as pessoas que vivem (ou viveram) uma situação de Violência Doméstica têm reações diferentes, em função de diversos fatores, tais como:

- os tipos de abuso que sofreu;
- as estratégias que utilizou para sobreviver ao abuso;
- outros fatores de stress na vida e/ou quotidiano;
- o apoio (ou a falta deste) prestado, formal ou informalmente.

A reconstrução de identidade no pós vivência, deveras traumatizante, é de luta! ... Sim de luta!

Terminar um relacionamento abusivo pode ser um primeiro passo para o início de um processo de recuperação!

Mas é um direito humano recuperar a sua identidade!



APAV: Há 25 anos a dar voz ao silêncio

É num contexto de crescente tomada de consciência dos direitos da vítima de crime e visando colmatar a inexistência de qualquer estrutura de apoio que, por iniciativa de um grupo de 27 Associados Fundadores, nasce em 25 de Junho de 1990, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

Vítima de crime é toda a pessoa que tenha sofrido um dano, nomeadamente um dano físico, moral ou emocional, ou um prejuízo material diretamente causados por um crime, bem como os seus familiares e amigos que também tenham sido afetados por este.

Ser vítima de um crime pode trazer uma série de consequências negativas:

lesões ou outros problemas de ordem física, reações psicológicas, perdas financeiras ou perturbações ao nível familiar, social e laboral.

Contudo, a intensidade do impacto e o modo como este se manifesta é uma questão individual que pode ser influenciada por diferentes fatores, entre os quais o tipo de crime sofrido e as circunstâncias em que ocorreu, a relação com o indivíduo que o praticou, a situação familiar e social da vítima e as suas características de personalidade. Muitas vítimas ultrapassam por si o impacto da vitimação, outras necessitam de apoio. Aqui pode encontrar uma breve descrição das consequências do crime, bem como das reações emocionais e comportamentais mais frequentemente sentidas por quem sofre um crime.

Na APAV, encontrará alguém disposto a ouvir e a ajudar.

AAPAV existe para ouvir, aconselhar e apoiar

Há crimes...

há vítimas...

há quem precise de ser ajudado, apoiado, aconselhado.

As pessoas que são vítimas de crime, muitas vezes não sabem, ou têm dúvidas sobre o que fazer. Necessitam de alguém, que de uma forma amiga e solidária, as possa escutar, compreender e ajudar. Saiba como fazê-lo.

AAPAV existe para isso: para ouvir, aconselhar e apoiar.

Escutamos de forma atenta e interessada. Informamos e aconselhamos sobre os seus direitos e como exercê-los.

Esclarecemos e acompanhamos no relacionamento com as autoridades policiais e judiciárias, orientando e ajudando nas diligências a tomar.

Ajudamos a Vítima e seus familiares a superar o sofrimento da vitimação.

Apoiamos e encaminhamos para os apoios sociais existentes. Prestamos apoio emocional, jurídico, psicológico e social a quem é vítima de crime e a seus familiares, desenvolvendo um processo de apoio qualificado.

Os serviços de apoio prestados a cada vítima são gratuitos e confidenciais.

Na APAV as vítimas de crime têm encontrado resposta às suas necessidades específicas. Em virtude da nossa intervenção e apoio, temos sido procurados por um número crescente de cidadãos, na nossa rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima. Desde 1990, a APAV tem apoiado um número cada vez maior de vítimas de crime, cerca de 73.000 processos de apoio que se traduzem num universo estimado de 150.000 pessoas - vítimas de crime e seus familiares, nomeadamente as mais desfavorecidas social e economicamente.

A nossa acção solidária muito deve à dedicação e à solidariedade dos nossos cerca de 220 voluntários que constituem uma rede de Voluntariado social de âmbito nacional.

Os Voluntários na APAV são o exemplo da dedicação e exercício generoso de uma cidadania activa e solidária em prol de quem sofre.

AAPAV apoia as vítimas de todos os tipos de crime, embora predominem estatisticamente as vítimas de crimes contra as pessoas com existência de violência (maus tratos; ameaças; crimes sexuais, violência doméstica; e muitos outros). Estão a ser apoiadas cada vez mais vítimas (e seus familiares) de crimes de furto (por esticção, de e em veículo motorizado, por carteirista, em casa por arrombamento), de roubo, de

dano, de burla, de abuso de confiança, de falsificação de documentos, e outros crimes contra a propriedade; assim como de crimes de homicídio (voluntário consumado, por negligência em acidente de viação), de abuso de autoridade e discriminação racial ou étnica.

Das que mais procuram apoio, realça-se as vítimas (e familiares) dos crimes contra as pessoas, como sejam, o crime de homicídio, de ofensas corporais, de violação e outros crimes sexuais, de difamação de injúrias, de discriminação racial ou étnica e, nomeadamente, as vítimas de violência doméstica (sobretudo maus tratos psíquicos e físicos).

Cada vez mais vítimas de crimes de furto, de roubo, de dano, de burla, de abuso de confiança, de falsificação de documentos - crimes contra o património; e de crimes de abuso de autoridade e de outros, têm sido apoiadas pela APAV.

Cada um de nós pode ser, num dado momento da vida, vítima de um crime.

Desde 1990 a APAV tem apoiado um número cada vez maior de vítimas de crime, num universo estimado de mais de 270.000 pessoas. A APAV é hoje, reconhecidamente, uma instituição de solidariedade social de âmbito nacional cuja missão de proteção e apoio às vítimas de crime é indispensável na sociedade portuguesa. Ao longo destes 25 anos a APAV tem desenvolvido ainda um imenso trabalho de sensibilização da sociedade, promovendo campanhas de alerta de âmbito nacional, em parceria com agências de publicidade e comunicação. Este trabalho de sensibilização complementa o apoio directo às vítimas de crime e é fundamental para o cumprimento da missão social da APAV. APAV, 25 anos a dar voz ao silêncio.

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, existe há 21 anos no Estoril.

**Centro Comercial S. Pedro
Rua Nunes dos Santos,
2º Piso - Loja 28
São Pedro do Estoril**

**Tel 21 466 42 71 | fax 21 468 93 27
apav.cascais@apav.pt**

Se é vítima de violência, diga BASTA ! FALE. Não tenha medo.

Os nossos serviços são estritamente confidenciais. Aqui encontra a resposta para tudo o que necessita.

**Dê voz ao silêncio
214 664 271**





A nossa escolha

1 Perez: L'Isola Disabitata Palácio Nacional de Queluz

Massimo Mazzeo e o Divino Sospiro ressuscitam uma serenata que estreou neste mesmo palácio há quase 250 anos e nunca mais foi ouvida. ► **Sexta-feira**

2 David Liebman & Mário Laginha Novo Trio Culturgest

Um dos mais experientes, prolíficos e versáteis saxofonistas alia-se, por uma noite, a um trio de piano, guitarra portuguesa e contrabaixo. ► **Sábado**

3 Tasto Solo Palácio Nacional de Sintra

Conclusão do ciclo Reencontros: Memórias Musicais de um Palácio, com música medieval do Buxheim Codex. ► **Sábado**



Concertos

Quarta-feira 24

Clássica

GRÁTIS San Antonio Master Singers
Palácio Foz, Pç Restauradores, 25/45, 21 342 5231. ■ Restauradores/BUS 709, 711, 732, 736, 746, 759, 20.30. www.wics.pt. Música coral do Renascimento ao séc. XX.

Jazz

Ensemble de Jazz Fábrica Braço de Prata
Sala Nietzsche, R da Fábrica de Material de Guerra 1, (em frente aos Correios do Poço do Bispo). 21 609 0816. BUS 28, 718, 755, 22.30; 5€. www.bracodeprata.net.

Quinta-feira 25

Clássica

* **Jorge Moyano Sociedade de Geografia de Lisboa, R das Portas de Sto Antão**, 100, 21 342 5401. ■ Restauradores/Rossia, 21.00; 10€. www.socgeografialisboa.pt. O concerto, que assinala os 25 anos da APAV, faz-se com obras de Chopin, Debussy, Gershwin e Ravel.

Recital de canto e cravo Museu da Música, Estação de Metropolitano do Alto dos Moinhos - R João de Freitas Branco, 21 771 0990/8. ■ Alto dos Moinhos, 18.30; 5€. www.museudamusica.imc-ip.pt. Por Paula Pires de Matos e Flávia Castro.

Jazz

* **Orquestra de Jazz do HCP Hot Clube de Portugal, Pç da Alegria**, 48, 21 346 0305/21 361 9740. ■ Avenida, 22.30 e 00.00; 5-10€. www.hcp.pt. 20 músicos sob a direcção de Luís Cunha apresentam "A Música de António Pinho Vargas" (n.1951) começou por obter reconhecimento no jazz, à frente de um quinteto que gravou sete discos entre 1983 (*Outros Lugares*) e 1998 (*As Mãos*), mas o compositor erudito acabaria por prevalecer. APV regressaria pontualmente ao repertório desses discos de jazz, recriando-o em piano solo em *Solo I & II* (2008-9); o mesmo fez a Orquestra de Jazz do Hot Clube num concerto recente no Teatro S. Luiz - agora propõe-se uma segunda dose.

The Flying Heads Duetos da Sé, Tv do Almargem, 1B, 21 885 0041. ■ Terreiro do Paço/BUS 12E, 28E, 737, 21.30; 5€. Com Inês Sousa (voz), Margarida Campelo (piano) e Romeu Tristão (contrabaixo).

Sexta-feira 26

Clássica

GRÁTIS Escola de Música do Conservatório Nacional & Instituto Gregoriano de Lisboa Palácio Nacional de Sintra, Lg Rainha D Amélia Sintra, 21 910 6840, 14.30. psintra.imc-ip.pt. O ciclo "Reencontros: Memórias Musicais de um Palácio" relaciona-se com as épocas áureas do Palácio Nacional de Sintra - medieval e renascentista" e teve início a 5 de Junho e propõe programas onde se cruzam "a memória árabe, o património musical português e a herança cosmopolita franco-flamenga". Concerto comentado inserido no ciclo "Reencontros: Memórias Musicais de um Palácio".

GRÁTIS Festival Coral de Verão (1)
Centro Cultural de Belém - Pequeno Auditório, Pç do Império, 21 361 2400. Bus 15E, 714, 727, 729, 751, 11.00-13.00, 15.00-16.30 e 17.00-18.30. www.ccb.pt. Competição Internacional de Coros.

* **GRÁTIS Festival Coral de Verão (2)**
Mosteiro dos Jerónimos, Pç Império, 21 362 0034. Bus 15E, 714, 727, 729, 751, 21.30. www.mosteirojeronimos.pt. O Coro Gulbenkian, com direcção de Paulo Lourenço, apresenta o programa "Imagem da Luz e Anunciação".

* **Guillermo Pérez Palácio Nacional de Sintra, Lg Rainha D Amélia Sintra**, 21 910 6840, 21.30; 10€. psintra.imc-ip.pt. O programa "Os Órgãos Dizem Canções", que dá a ouvir um instrumento que costuma passar despercebido; o organetto, um pequeno órgão portátil, faz-se de transcrições de música vocal da Idade Média, da autoria de compositores franceses e italianos: Johannes Ciconia, Francesco Landini, Guillaume de machaut e anónimos. Concerto antecedido de conferência pelo musicólogo Manuel Pedro Ferreira, às 20.00 (entrada gratuita). Ciclo "Reencontros: Memórias Musicais de um Palácio".

* **Perez: L'Isola Disabitata Palácio Nacional de Queluz, Lg do Palácio**, 21 434 3860, 18.00; 10€. (ver destaque)



Associação de apoio à vítima apela à denúncia de casos de violência contra idosos

Todas as semanas, em média, 16 idosos são vítimas de violência em Portugal, um crime cada vez menos tolerado, mas que precisa de ser mais denunciado porque os números ainda “não espelham a realidade”, defendeu a APAV.

“É um crime com que, cada vez mais, as pessoas não estão a compactuar, nem a ficarem **caladas**”, **mas ainda há muito** mais a fazer em relação aos idosos”, disse Maria de Oliveira, técnica da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, que falava à Lusa a propósito do Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas, assinalado ontem.

Os casos de violência contra idosos que chegam à associação cresceram de 774 em 2013 para 852 no ano passado, mas a APAV tem a noção que estes “dados podem não espelhar a realidade”, adiantou.

Para apurar esta realidade, a APAV colaborou num estudo realizado entre 2011 e 2014 que “demonstra que há uma prevalência de pessoas idosas vítimas de crime muito elevada [em Portugal] em comparação aos outros países europeus”, adiantou a técnica.

Segundo o estudo, em cada mil portugueses com 60 ou mais anos, 123 podem ser alvo de algum tipo de violência por parte de familiares, amigo, vizinho ou profissional remunerado, quando a média nos outros países da União Europeia é de 21 a 22 em cada mil pessoas.

Maria de Oliveira destacou a **importância de datas** como a que se assinala hoje para “alertar para estas situações que ainda acontecem e que ainda são pouco denunciadas pela sociedade”, apesar de já existir uma “certa intolerância a este fenómeno”.

Os idosos são “vítimas de vários tipos de crime, desde burlas até às situações de violência doméstica, e tudo isto acarreta a necessidade de sensibilizar os jovens para esta temática, cada vez mais cedo”, mas também alertar os idosos para os vários tipos de crime que podem estar a ser alvo e os profissionais que cuidam destas pessoas.

Para sensibilizar os jovens e crianças para esta temática a APAV tem realizado várias ações de sensibilização em estabelecimentos de ensino: “Achamos que é fundamen-

tal”, porque muitas vezes “não têm noção do que é que envolve o envelhecer”.

Além disso, “estas crianças e jovens serão os cuidadores de amanhã e convém sensibilizá-los” para estas questões e explicar-lhe que há várias formas de violência (psicológica, sexual, financeira, física e negligência).

Já os idosos vivem muitas vezes este crime em silêncio porque “têm medo de denunciar”, “têm medo de represálias”, que “ninguém vá acreditar neles”, das consequências legais de estar a denunciar este tipo de situações e de pensarem que são “um estorvo”.

Há ainda situações em que os idosos têm possibilidades financeiras, uma boa residência, mas “dependem emocionalmente” do prestador de cuidados que muitas vezes é um familiar.

Para estes idosos, a APAV disponibiliza apoio social, jurídico e psicológico porque sabe que, “com esta população-alvo, o apoio tem de ser muito mais contínuo do que, por exemplo, com uma mulher vítima de violência doméstica”, disse Maria Oliveira. ■



AUMENTA A VIOLÊNCIA SOBRE IDOSOS



Marcas no corpo, pressão psicológica por causa de dinheiro e tratados como inúteis. Os casos de violência sobre os idosos na Madeira aumentam à medida que diminui a sensibilidade dos mais novos. O Governo desconfia dos números mas promete agir. Quem anda no terreno, diz que a realidade ainda é pior do que as estatísticas.

madeira
2015

MIGUEL SILVA
msilva@dnoticias.pt

A perspectiva de trabalhar uma vida inteira, cuidar de filhos e netos e acabar abandonado ou maltratado é cada vez mais real na Madeira. O fenómeno dá sinais claros de crescimento.

A violência sobre os idosos foi alvo de um estudo nacional que decorreu entre 2011 e 2014. O resultado da pesquisa, promovida pelo Instituto Nacional Dr. Ricardo Jorge em parceria com outras entidades nacionais, deixa a Madeira numa situação desconfortável pois é a Região que apresenta uma maior percentagem de pessoas com mais de 60 anos que terão sido vítimas de violência. Enquanto a média nacional é de 12,3%, na Região esse número terá chegado a 15,4%, conforme revelou recentemente a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Região Autónoma da Madeira (APIRAM).

Embora não tenham sido formalmente desmentidos, os números não são consensuais. A Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais diz agora que também consultou o estudo e os investigadores e que os números da Madeira andam à volta dos 7%, cerca de metade da média nacional. De qualquer forma, Rubina Leal, a secretária com a tu-

tela deste sector, admite que se trata de uma realidade preocupante e que requer uma acompanhamento adequado, mas sem alarmismos nem exageros.

Ainda é pior

Quem anda no terreno, quem conhece a realidade para lá dos números, tem uma visão diferente e pede uma intervenção mais imediata.

"Ainda é pior". A resposta de Ana Serralha sai de pronto quando lhe perguntamos se os números apresentados têm correspondência com a realidade na Madeira. Serralha

MULTIPLICAM-SE OS CASOS DE VIOLÊNCIA, SOBRETUDO PSICOLÓGICA

sabe do que fala. Conhece vários casos que lhe chegam por via do lar da Fundação Mário Miguel, no Porto Moniz, instituição onde é administradora executiva, ou pela sua participação como presidente da

Casa do Voluntário na Madeira.

APIRAM sabe pouco

A APIRAM admite que gostaria de ter mais dados mas sabe que o problema é real e por isso divulgou o estudo nacional. No entanto, Margarida Vasconcelos tem pouca informação. "São aqueles dados" afirma ao remeter para o estudo.

A crise surge associada ao aumento dos casos de violência sobre idosos. Ana Serralha recorda o papel preponderante dos mais velhos em núcleos familiares atingidos pelo desemprego e pela redução das pen-

GOVERNO TEM NÚMEROS DIFERENTES E ACREDITA NO PLANO DE ENVELHECIMENTO ACTIVO

A Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais revela números diferentes daqueles que foram apresentados recentemente referentes à violência sobre os idosos. Rubina Leal diz que o seu gabinete pediu mais informações à investigadora e apresenta um número bastante diferente do que foi revelado, o que daria à Região uma indicação de 7,1% de idosos que se queixaram de situações de violência, contra os 15,4% indicados pela Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos. Independentemente dos números, Rubina Leal reconhece que o problema existe e que é preciso intervir. E adianta que é isso que o Governo Regional já está a fazer através de medidas a incluir no Plano Regional de Envelhecimento. "Estamos a trabalhar", sintetiza a governante.

Para Rubina Leal, a violência merece atenção independentemente do



Secretária mostra-se atenta ao problema.



sões. Trata-se de uma dupla penalização que em alguns casos acaba por agravar ainda mais as dificuldades da família, o que leva por vezes a mais conflitos por causa de heranças ou até de pensões.

Já a presidente da APIRAM, eleita há cerca de um ano, não identifica causas de forma peremptória mas sabe que a violência que vem nos números revelados pelo estudo nacional é exercida sobretudo por familiares e vizinhos a que acrescenta casos em que terá havido violência sobre idosos hospitalizados. Mas reconhece que é difícil provar, porque as vítimas raramente denunciam.

Margarida Vasconcelos garante que em caso de denúncia com provas, a própria Associação promete agir, alertando as autoridades. Mas reconhece que o trabalho é difícil, até porque a APIRAM ainda não tem instalações definitivas e usa um espaço na sede do Sindicato da Construção Civil, partilhado com outras instituições, num prédio antigo sem elevador.

Políticas boas, efeitos perversos

As políticas de apoio aos idosos resultaram em medidas concretas e importantes, defende Serralha, mas revelam também um lado mais perverso. É o caso dos lares. Há um por concelho, o que é bom para as famílias sem condições de ter idosos acamados em casa, mas permite casos de internamento ditados pela desresponsabilização dos familiares mais directos. “Hoje, a tendência é enviar os idosos para os lares”, confessa. “É preciso preparar as pessoas”, defende a administradora da fundação que gere o lar do Porto Moniz. Também a figura do cuidador, sendo uma boa medida, tem um lado insensível, pois acontecem situações onde os cuidadores ficam com as pensões dos idosos mas não cuidam de facto. Porque não sabem, porque não podem mas também porque não querem ter esse trabalho. E daí surge outra forma de violência.



Ana Serralha pede mais independência para as IPSS.

Problema cultural e geracional

“Não se pense que a violência sobre os idosos acontece só nas classes mais baixas. É o contrário”, afirma Ana Serralha. Garante que é errado pensar que são os mais pobres quem mais hostiliza. “Há gente com mais cultura e formação e menos sensibilidade. São os piores”, desabafa. “Para eles, o idoso é um atrapalho”. É uma questão de formação? “Não sei. Mas não estamos preparados para isso, nem queremos estar”, acrescenta confessando um “sentimento de impotência” perante tanta “falta de consideração de uma geração para com os idosos que trabalharam uma vida inteira, que contribuíram para o desenvolvimento da Madeira, que fizeram sacrifícios e mereciam melhor. Esta geração não está a saber compensar os mais velhos”. Para Serralha, a esperança está na educação e na juventude. Sente que são mais sensíveis, que talvez por terem beneficiado de mais carinho, estão mais receptivos a dar. “Não se pode arrumar os mais velhos como se fossem inúteis”, diz.

Também a zona geográfica ainda tem algum peso nestas questões. Os concelhos mais urbanos – Funchal, Câmara de Lobos e Santa Cruz – re-

NÚMEROS

15,4%

É A PERCENTAGEM DE IDOSOS IDENTIFICADA COMO VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NA MADEIRA

7,1%

É A PERCENTAGEM QUE O GOVERNO REGIONAL DIZ TER CONHECIMENTO

velam uma maior insensibilidade do que as áreas rurais.

Perante um quadro cruel, Ana Serralha sugere soluções: “É preciso ter mais pessoas no terreno, dar mais independência às Instituições Particulares de Solidariedade Social, reduzir a burocracia”. Nota que nem está a pedir mais dinheiro da parte do Estado, quando muito “menos cortes nas pensões, que já são miseráveis”.

Já a associação de idosos diz que é mesmo preciso mais dinheiro para amparar a velhice. Margarida Vasconcelos recorda a necessidade de um complemento solidário para os idosos na Madeira, à semelhança do que acontece nos Açores. E não entende a razão de tantos obstáculos. “O Governo anterior chegou a aprovar mas depois mandou para Lisboa e nunca foi nada aplicado”, lamenta. E garante que a Associação vai continuar a insistir nessa medida com pedidos directos à Assembleia regional, como tem feito.

Três casos concretos

A violência psicológica será a que mais tem aumentado. Ana Serralha tem essa percepção, mas reconhece que ainda há muitos casos de violência física, de abandono cruel. E lamenta que seja assim. Nota ingratidão da parte da sociedade em geral mas acusa sobretudo a falta de sensibilidade do Estado e das famílias que abandonam os seus. Conta casos concretos como o de uma mulher com marcas claras de violência física. Dos filhos de uma idosa que brigavam à sua frente por causa da herança, como se a mãe já ali não estivesse. Do homem que ajudou a retirar das ruas quase em hipotermia e com graves problemas de alcoolismo. E não esquece o que aconteceu pouco depois: a mulher das marcas de violência levou semanas a permitir que alguém do lar lhe tocasse, a mãe dos herdeiros desavindos sentiu-se mal durante a briga dos filhos. O homem que dormia na rua foi tratado e deixou de beber... até

ao dia em que a família o foi buscar por causa da reforma.

Anos e anos sem visitas

Ana Serralha fala sem tabus. Apenas pede para não se identificar as pessoas a quem se refere pelos nomes próprios. Conhece-os a todos e sabe porque estão no lar ou porque precisam de uma visita dos voluntários. Acrescenta à violência física e psicológica os casos de abandono. Em casa e nos lares. Só na estrutura do Porto Moniz indica três ou quatro que nunca receberam uma visita. Estão lá desde que o lar abriu, há cerca de seis anos e já antes viviam nos corredores do hospital em situação de alta problemática, sem visitas. E surge agora um outro problema, fruto do aumento da esperança de vida, que é o facto de haver idosos a cuidados de idosos. Serralha dá o exemplo de uma mulher com 100 anos, acamada, e da filha com 79 anos numa cadeira de rodas. As duas estão agora num lar.

A intervenção dos profissionais nem sempre é bem recebida por familiares. Há casos e relatos de agressões ou tentativas frustradas de quem acha que o lar lhes retira o direito à pensão de um idoso, mesmo que sem condições de continuar em casa.

APAV: Queixas são amostra real

A Associação de Apoio à Víctima está familiarizada com as queixas, inclusive da Madeira. No entanto, o facto de não ter uma delegação regional dificulta a acção e impede a existência de números concretos e actualizados, conforme reconhece Maria Oliveira.

A dirigente nacional da APAV prefere falar em termos nacionais, mas admite que entre as queixas recebidas e encaminhadas para as autoridades, estão casos de idosos da Madeira. As queixas, explica Maria Oliveira, “são uma amostra da realidade”.

Na origem da violência sobre idosos, acredita que estão vários factores, nomeadamente os de natureza económica, numa acção que se reveste de contornos mais psicológicos. Mas também há casos de violência física e sexual, acrescenta, além dos furtos, das burlas, às vezes num ambiente doméstico. Nesses casos, “a própria vítima nem sempre se reconhece como vítima, o que torna tudo mais difícil. A pessoa demora mais a reagir”.

As situações de agressões a idosos têm aumentado, diz a dirigente da APAV. Em caso de queixas, o procedimento passa por várias fases, a começar pelo apoio emocional inicial, informando a vítima dos seus direitos e pela comunicação às autoridades locais. No caso da Madeira, por não ter uma delegação da Associação, o contacto continua a ser reencaminhado para o gabinete mais próximo, neste caso para os Açores, o que poderá ajudar a perceber a falta de dados mais concretos da realidade madeirense. “Já tentámos abrir na Madeira, mas sem sucesso”, lamenta Maria Oliveira.

escalo etário, mas admite que sobre os idosos tem uma explicação diferente que resulta de várias situações de ordem familiar e social e até económica. “Mas seja qual for a origem, é preocupante”, diz a secretária ciente de que a Madeira tem uma população envelhecida, o que revela um lado positivo do aumento da esperança de vida, mas também a nova realidade que resulta dessa conquista. Além do plano de envelhecimento activo, a Secretaria trabalha também noutro programa para lidar com as demências, acrescenta Rubina Leal. Mas todas essas políticas não passam necessariamente por internar mais idosos em lares. A lista de espera é grande, reconhece, mas há outras formas de ajudar, nomeadamente com o alargamento do apoio domiciliário. “É importante ter lares, mas o internamento deve ser a última instância”.

Mais de mil à espera de lar

LISTA OFICIAL APONTA PARA CERCA DE 700, MAS QUEM ANDA NO TERRENO FALA NO DOBRO

Os números oficiais da lista de espera para os lares de terceira idade terão estabilizado, disse a semana passada a secretária regional da Inclusão e Assuntos Sociais. Rubina Leal estima que serão cerca de 600 ou 700, conforme os dados mais recentes. Essa também é a indicação de outras instituições que lidam de perto com esta problemáti-

ca, mas há uma outra lista, não-oficial, e com números bem mais expressivos que apontam para a necessidade de internamento em lares de mais de mil idosos na Madeira. Esse levantamento resulta de contactos directos com a realidade e soma ao número de inscritos formalmente, os casos em que voluntários e autarquias reconhecem que o lar seria uma solução bem mais adequada para idosos que vivem sem condições em casa ou com familiares. Mas a necessidade de mais lares e mais internamentos não é consensual. Rubina Leal diz que a política do Governo não se baseia apenas no interna-

mento, que é uma componente importante mas não um fim em si, explica a secretária defendendo as virtudes de manter os idosos junto da família, nas suas casas e nos meios em que sempre viveram. Ana Serralha, dirigente da fundação que administra o lar do Porto Moniz e presidente da Casa do Voluntariado na Madeira, admite que são precisos mais espaços de acolhimento que possam receber idosos que não têm condições para estar em casa. Nem é só o problema da violência, defende. É também a dificuldade que as famílias têm para cuidar dos seus com a atenção e os equipamentos necessários.

LISTA A CRESCER



Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apela à denúncia de casos de violência contra idosos

Todas as semanas, em média, 16 idosos são vítimas de violência em Portugal, um crime cada vez menos tolerado, mas que precisa de ser mais denunciado porque os números ainda «não espelham a realidade», defendeu Segunda-feira a APAV. «É um crime com que, cada vez mais, as pessoas não estão a compactuar, nem a ficarem caladas», mas ainda há muito mais a fazer em relação aos idosos», disse Maria de Oliveira, técnica da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, que falava à Lusa a propósito do Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas, assinalado Segunda-feira.

Os casos de violência contra ido-

sos que chegam à associação cresceram de 774 em 2013 para 852 no ano passado, mas a APAV tem a noção que estes «dados podem não espelhar a realidade», adiantou. Para apurar esta realidade, a APAV colaborou num estudo realizado entre 2011 e 2014 que «demonstra que há uma prevalência de pessoas idosas vítimas de crime muito elevada [em Portugal] em comparação aos outros países europeus», adiantou a técnica.

Segundo o estudo, em cada mil portugueses com 60 ou mais anos, 123 podem ser alvo de algum tipo de violência por parte de familiares, amigo, vizinho ou profissional remunerado, quando a média nos outros países da União Europeia é de 21 a 22 em cada mil pessoas.

Maria de Oliveira destacou a importância de datas como a que se assinalou Segunda-feira para «alertar para estas situações que ainda acontecem e que ainda são pouco denunciadas pela sociedade», apesar de já existir uma «certa intolerância a este fenómeno».

Os idosos são «vítimas de vários tipos de crime, desde burlas até às situações de violência doméstica, e tudo isto acarreta a necessidade de sensibilizar os jovens para esta temática, cada vez mais cedo», mas também alertar os idosos para os vários tipos de crime que podem estar a ser alvo e os profissionais que cuidam destas pessoas.

Para sensibilizar os jovens e crianças para esta temática a APAV

tem realizado várias acções de sensibilização em estabelecimentos de ensino: «Achamos que é fundamental», porque muitas vezes «não têm noção do que é que envolve o envelhecer». Além disso, «estas crianças e jovens serão os cuidadores de amanhã e convém sensibilizá-los» para estas questões e explicar-lhe que há várias formas de violência (psicológica, sexual, financeira, física e negligência).

Já os idosos vivem muitas vezes este crime em silêncio porque «têm medo de denunciar», «têm medo de represálias», que «ninguém vá acreditar neles», das consequências legais de estar a denunciar este tipo de situações e de pensarem que são «um estorvo».

**Maus-tratos a idosos subnotificados**

Vítimas idosas ainda têm vergonha de denunciar agressor

VIOLÊNCIA A história de 25 anos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) é também a história da perda de vergonha das vítimas. De quase todas. A exceção está agora no segmento etário mais velho. "As idosas ainda se silenciam, há ainda vergonha em denunciar o agressor", explica João Lázaro, presidente da APAV.

"Sabemos pouco sobre a violência contra idosos. O que sabemos é a ponta do icebergue. E ainda não há respostas suficientes", diz João Lázaro, por ocasião das bodas de prata da associação, celebradas na passada quinta-feira.

As vítimas de violência doméstica e as vítimas de outros crimes, abusos sexuais, tentativas de homicídio, foram perdendo a vergonha em denunciar as agressões, acompanhando as mutações sociais, explica. "Antes a violência doméstica era vista como uma fatalidade. Mesmo contra os menores, era entendida como uma forma de educação", recorda o responsável.

Houve, entretanto, "uma enorme consciência de que há atos que não se podem tolerar. A comunidade de vizinhos, por exemplo, começou a reagir". Não há dia em que a APAV não receba queixas da parte de vizinhos e patrões, preocupados com as funcionárias.

"Houve uma 'desprivatização' da violência, mas ainda há muito por fazer", afirma João Lázaro, alertando que a frase não é sua. Está a citar o Papa Francisco. **DINA MARGATO**



Apoio à vítima

APAV, 25 Anos a dar voz ao silêncio.

A APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima celebrou o seu 25º aniversário, na passada 5ª feira, dia 25 de Junho.

Desde 1990 a APAV tem apoiado um número cada vez maior de vítimas de crime, num universo estimado de mais de 270.000 pessoas.

A APAV é hoje, reconhecidamente, uma instituição de solidariedade social de âmbito nacional cuja missão de proteção e apoio às vítimas de crime é indispensável na sociedade portuguesa.

Através da Linha de Apoio à Vítima, da rede nacional Gabinetes de Apoio à Vítima, da Unidade de Apoio à Vítima Migrante e da rede de Casas de Abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência, ao longo destes 25 anos a APAV tem cum-



A dar voz ao silêncio

prido a missão de apoiar as pessoas que são vítimas de todos os crimes, seus familiares e amigos. O apoio da APAV garante que quem é vítima de um crime – seja violência doméstica, crimes sexuais, homicídios ou roubos, furtos e assaltos a residências – possa ultrapassar o sofrimento e minimizar o impacto desse crime.

A Linha de Apoio à Vítima, 116 006, chamada gratuita, funciona todos os dias úteis das 9h às 19h.

O Gabinete de Apoio

à Vítima de Setúbal, localizado no Tribunal de Família e Menores de Setúbal, na Rua Manuel Livério, com telefone 265 534 598, funciona todos os dias úteis das 9h às 12h30 e das 13h30m às 16h para atendimento a vítimas de crime de forma gratuita e confidencial.

No nosso Gabinete temos uma equipa sempre disponível para ouvir, aconselhar, informar e apoiar.

Ajudamos tanto a Vítima como os seus familiares que sofram os

efeitos do crime, presutando apoio emocional e psicológico.

Acompanhamos, ainda, as vítimas no relacionamento com as autoridades policiais e judiciais, orientando e ajudando nas diligências a tomar.

Apoiamos e encaminhamos para os apoios sociais existentes, de acordo com as necessidades de cada Vítima.

Lembre-se que o seu silêncio facilita a continuação do crime. Não se cale. A mudança, também, parte de si.



João Lázaro
Presidente da APAV –
Associação Portuguesa
de Apoio à Vítima

Turismo, Segurança & Crime... e o Apoio a Turistas Vítimas

O setor do turismo em Portugal é fundamental para promover o crescimento económico do país. Com o fim de estabelecer objetivos concretos que possibilitem o desenvolvimento do setor turístico, o Governo adotou o Plano Estratégico Nacional do Turismo, que identifica as fragilidades e potencialidades do turismo em Portugal e determina as medidas a serem adotadas até ao ano de 2015.

No âmbito das diversas medidas estabelecidas pelo referido plano, foi ressaltada uma área de extrema importância que está na base da escolha de Portugal enquanto destino turístico e que deve ser alvo de ações de estímulo específicas: a **segurança**.

Com efeito, a segurança é considerada um dos principais fatores de competitividade entre Portugal e os outros principais destinos turísticos da Europa (nomeadamente Barcelona, Madrid e Istambul) e funciona como fator de diferenciação para a escolha do destino por parte dos potenciais turistas. Por esta razão, o Governo aposta no reforço da segurança para promover o turismo em Portugal. Mas não se pode pensar em segurança sem incluir o **apoio aos turistas vítimas dos crimes**, que inevitavelmente ocorrem por muito seguros que sejam os destinos. Os turistas são sobretudo vítimas de crimes de furto, roubo e dano e, com menor expressão, de crimes sexuais.

Quando pensamos em segurança, existem duas vertentes que devem ser consideradas: a prevenção de situações que atentem contra a segurança individual e coletiva, e o amparo e apoio daqueles que efetivamente sofreram uma violação da sua esfera de segurança individual. No âmbito da prevenção, para além da prevenção geral da criminalidade que atinge tanto a população residente como os turistas, é fundamental a promoção da prevenção individual, com a disponibilização de informações e materiais de sensibilização que alertem os turistas a não descuidarem da sua segurança durante o período de férias e a evitarem comportamentos de risco.

Por outro lado, no âmbito do apoio daqueles que sofreram um atentado à sua segurança é essencial a existência de uma rede de suporte para apoiar os turistas caso venham a ser vítimas de um crime. De facto, sem menosprezar o papel do turismo enquanto investimento económico, não se pode descuidar que os movimentos turísticos são feitos por pessoas, titulares de expectativas e de direitos que devem ser assegurados pelos países de acolhimento. Daí a necessidade de existirem serviços de apoio aptos a cuidar de cada indivíduo e a reparar as consequências decorrentes de uma eventual afronta aos seus direitos e à sua segurança. Estas duas respostas possibilitam uma intervenção policial, no âmbito das suas competências policiais na esfera da segurança e ordem pública, numa abordagem de policiamento de proximidade, adequada para a célere identificação da ocorrência de um crime envolvendo turistas, para a prestação de informações relevantes (tanto genéricas como ligadas a participação no processo-crime, por exemplo) e garantem uma eficaz recolha de prova através do depoimento das vítimas numa língua que ela conheça, no momento inicial do inquérito, que é fulcral para o sucesso das investigações. O recente reforço do policiamento especialmente dirigido aos turistas pela PSP, e também pela GNR, é a resposta policial a esta necessidade.



no âmbito do apoio daqueles que sofreram um atentado à sua segurança é essencial a existência de uma rede de suporte para apoiar os turistas

promover o sentimento de satisfação e de bom acolhimento dos turistas que passam

por uma experiência negativa neste país; por outro, ela representa um investimento para a garantia da segurança enquanto fator de competitividade de Portugal, não só na vertente da prevenção como também do apoio às vítimas. Partindo de uma nova abordagem integrada deverão existir **Unidades de Apoio à Vítima Turista®**, integradas nos espaços policiais dos principais destinos turísticos onde funcionam as respostas do dispositivo policial para os turistas, para facilitar e desencadear uma relação de **estreita colaboração entre as forças policiais e o serviço de apoio à vítima**, mantendo, entretanto, a independência e confidencialidade que são características deste último, numa lógica de *one stop shop*.

Para a viabilização e acompanhamento desta evolução da atual resposta a esta problemática a participação dos agentes económicos do sector privado do turismo é crucial.

Por um lado, a sua contribuição para uma solução que vise o apoio e a satisfação dos turistas vítimas de crime e seus clientes não se apresenta apenas como uma sua responsabilidade social do impacto da sua atividade económica, como também contribui decididamente para a satisfação e perceção positiva por parte dos turistas, mesmo no infortúnio da sua vitimação, promovendo a escolha do país como destino turístico e de negócios e de regresso de quem foi turista e vítima em território nacional. Com esta proposta pretende a APAV – como organização nacional não lucrativa de apoio à vítima de crime – contribuir para o desenvolvimento económico e social de Portugal, que servimos há 25 anos. ●

Entretanto, ainda há uma área que permanece sem resposta específica e especializada: o **apoio à vítima**. Com efeito, o apoio à vítima deve ser prestado de forma humana, qualificada e individualizada, assegurando o apoio especializado e independente: o apoio emocional, a intervenção na crise, o aconselhamento jurídico e o apoio prático ou social. Essa função é a do Apoio à Vítima – complementar das funções policiais e do atendimento policial qualificado a estas vítimas, muitas vezes em situação de vulnerabilidade pelo seu estatuto de turistas. Esta resposta específica é essencial, sobretudo tendo em conta que os mercados concorrenciais no setor turístico (Espanha e Grécia, por exemplo) não estão tão desenvolvidos na prestação de serviços de apoio a vítimas de crime, nomeadamente transnacionais, onde se incluem os turistas.

A existência desta resposta revela-se também necessária por outras duas razões fundamentais: por um lado, ela tem o potencial de diminuir o risco de vitimação secundária e de

2015 | **prémio APAV**
para a investigação

apoio
Fundação
Montepio



Prémio APAV para a Investigação 2015

15 Abril 2015 | UDIREITO

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) promove a 1ª edição do *Prémio APAV para a Investigação 2015*.

O **Prémio APAV para a Investigação** destina-se a distinguir trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a missão da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV): "Apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima".

As condições gerais deste prémio são as seguintes:

- O Prémio APAV será atribuído anualmente pela APAV a um trabalho inédito, desenvolvido em língua portuguesa.
- O Prémio APAV será atribuído a um trabalho que contribua para o conhecimento geral ou específico dos temas ou problemas relacionados com as vítimas de crime, ou para a melhoria de qualidade dos serviços de apoio à vítima em Portugal.
- O Prémio APAV será atribuído a um trabalho desenvolvido em áreas científicas diversas, tais como Direito, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, História, Economia, Saúde, Antropologia, Criminologia, Vitimologia, Pedagogia, etc.

Os interessados devem submeter as suas candidaturas até dia 30 de junho.

[Regulamento](#)

[Saber mais](#)

[Partilhar](#) 5 [Tweet](#) 0 [Compartilhar](#) 0 [Share](#) [Imprimir](#) [Email](#)



24-04-2015

Prémio APAV para a Investigação 2015 – candidaturas abertas até 30 de junho



Estão abertas, até 30 de junho de 2015, as candidaturas ao Prémio APAV para a Investigação 2015, organizado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), com o apoio da Fundação Montepio. Este prémio tem como objetivo premiar trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a missão da APAV.

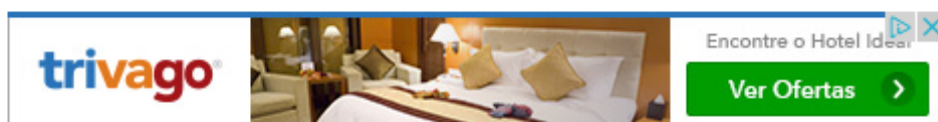
O prémio será atribuído a um trabalho inédito das seguintes áreas: Saúde, Direito, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, História, Economia, Antropologia, Criminologia, Vitimologia, Pedagogia, etc.

[Consulte aqui o Regulamento do concurso.](#)

[Submeta aqui a sua candidatura.](#)

Prémio APAV para a Investigação 2015

Publicado dia 4/04/2015 às 03:49



O Prémio APAV para a Investigação destina-se a premiar trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a missão da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV): “Apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima”.

Leia o artigo original: **Prémio APAV para a Investigação 2015**

fonte:  apav.pt



CÂMARA DOS SOLICITADORES

LABOR IMPROBUS OMNIA VINCIT

Estão abertas as candidaturas para o Prémio APAV para a Investigação 2015

Publicado a 6 Abril 2015

Estão abertas as candidaturas para o **Prémio APAV para a Investigação 2015**, cuja período para envio dos trabalhos termina a **30 de junho de 2015**.

Esta iniciativa destina-se a *"apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima"*.

O prémio poderá ser atribuído a trabalhos desenvolvidos em diversas áreas científicas, tais como Direito, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, História, Economia, Saúde, Antropologia, Criminologia, Vitimologia, Pedagogia, etc.

Caso pretenda **obter mais informações**, poderá aceder a: www.apav.pt.

2015 | **prémio APAV**
para a investigação

apoio
Fundação
Montepio



PORTUGAL

Candidaturas podem ser enviadas até 30 de junho

APAV premeia investigação sobre violência

Texto Juliana Batista | 02/06/2015 | 17:31

2015 | prémio APAV
para a investigação

apoio
Fundação
Montepio

Autores de trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a missão da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima podem agora candidatar-se ao Prémio APAV para a Investigação

IMAGEM

A+ A-

ENVIAR IMPRIMIR COMENTAR PARTILHAR

PORTUGAL ANTERIOR SEGUINTE

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) vai lançar a primeira edição do Prémio APAV para a Investigação 2015. Com este galardão pretende-se premiar trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a missão da associação: «apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima».



O prémio APAV conta com o apoio da Fundação Montepio e será atribuído ao autor de um trabalho que «contribua para o conhecimento geral ou específico dos temas ou problemas relacionados com as vítimas de crime, ou para a melhoria de qualidade dos serviços de apoio à vítima em Portugal». Os interessados em participar podem enviar a sua candidatura até ao próximo dia 30 de junho, informa a APAV.

Associação de Apoio à Vítima lança prémio de investigação

Posted on 8 de Abril de 2015 by Mário Rui Fonseca in Notícias // 0 Comments




apoio a familiares e amigos
de vítimas de homicídio

 Gosto  Partilhar Uma pessoa gosta disto. Sê a primeira entre os teus amigos.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) lança este ano a I edição do Prémio para a Investigação, que visa distinguir trabalhos científicos sobre temas relacionados com a missão d. organização. O prémio, cujas candidaturas à I edição estão abertas até 30 de junho, será atribuído anualmente a um estudo inédito em língua portuguesa.

A investigação, a desenvolver em áreas científicas como direito, psicologia, serviço social, sociologia, história, economia, saúde, antropologia, criminologia e pedagogia, deverá contribuir para “o conhecimento geral ou específico dos temas ou problemas relacionados com as vítimas de crime, ou para a melhoria de qualidade dos serviços de apoio à vítima em Portugal”.

 Gosto  Partilhar Uma pessoa gosta disto. Sê a primeira entre os teus amigos.

APAV

Prémio para a Investigação



FestAzul no convento de S. Francisco em Santarém

by João Baptista on 26 de Junho de 2015 in Últimas

O Convento de S. Francisco em Santarém recebe no sábado, dia 27 de junho, pelas 22h50, a 3ª edição da Festazul, para a angariação de fundos para a APAV. A festa conta com a música dos DJ's Fernandinho, Zauzito, Charles, Miguel Jardim e Pepe. O evento é organizado pelo grupo de voluntárias Asas em parceria com a APAV Santarém, com o intuito de comemorar os 25 anos da APAV.

Ana Castela, Mafalda Ferraz, Paula Faustino, Artur Casaca, Lurdes Teixeira curtimos este post



66 people like this. Be the first of your friends.

Notícias Breves

"Festazul" a favor da APAV em Santarém

 quarta, 17 junho 2015



O grupo de voluntárias ASAS pela Vida está a organizar mais uma edição da "Festazul", que este ano se realiza no dia 27 de junho, a partir das 22h50, no Convento de São Francisco, em Santarém.

As receitas revertem a favor da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), instituição que está a assinalar o seu 25º aniversário, numa festa em que vão atuar os DJ's Fernandinho, Zauzito, Charles, Miguel Jardim e Pepe.

 Recomendar

Partilhar

16

 Tweet

0

 +1

0

 Share

0

JoomShareBar



APAV 25 Anos: Jorge Moyano | Sociedade de Geografia de Lisboa

📍 Lisboa 📍 Sociedade de Geografia de Lisboa 🎹 Concertos



A APAV celebra 25 anos no dia 25 de Junho de 2015. Assinalando a data, Jorge Moyano apresenta um recital de piano na Sociedade de Geografia de Lisboa.

Jorge Moyano irá interpretar obras de Chopin, Debussy, Ravel e Gershwin. O espetáculo tem início marcado para as 21h e o valor dos bilhetes (10€) reverte para a APAV.

Através da música, a APAV brinda a tod@s os que têm partilhado o trabalho e a dedicação destes 25 anos.

Os bilhetes já estão disponíveis:

– <http://ticketline.sapo.pt/evento/concerto-solidario-jorge-moyano-apav-25-anos-10566>

Promotor



APAV





RECITAL DE PIANO
JORGE MOYANO
SOCIEDADE DE
GEOGRAFIA
DE LISBOA
25 ANOS
25 JUNHO
QUINTA / 21:00



A APAV celebra 25 anos no dia 25 de Junho de 2015. Assinalando a data, Jorge Moyano apresenta um recital de piano na Sociedade de Geografia de Lisboa.

Jorge Moyano irá interpretar obras de Chopin, Debussy, Ravel e Gershwin. O espetáculo tem início marcado para as 21h e o valor dos bilhetes (10€) reverte para a APAV.

Através da música, a APAV brinda a tod@s os que têm partilhado o trabalho e a dedicação destes 25 anos.

Os bilhetes já estão disponíveis:

- <http://ticketline.sapo.pt/evento/concerto-solidario-jorge-moyano-apav-25-anos-10566>

- http://espectaculos.fnac.pt/Default.aspxevento=27369&p_cat=16&p_data=01-01-1800&p_data_End=01-01-1800

Eventos

APAV 25 Anos - Recital de Piano - Jorge Moyano



A APAV celebra 25 anos no dia 25 de Junho de 2015. Assinalando a data, **Jorge Moyano** associa-se às comemorações e apresenta um recital de piano na Sociedade de Geografia de Lisboa.

Jorge Moyano irá interpretar obras de **Chopin, Debussy, Ravel e Gershwin**. O espetáculo tem início marcado para as 21h e o valor dos bilhetes reverte para a APAV.

Uma noite solidária, que pretende celebrar o caminho que a APAV tem vindo a percorrer há 25 anos na dedicação à defesa dos direitos das vítimas de crime.

Data: 25 de Junho de 2015
Horário: 21h
Local: Sociedade de Geografia de LISBOA
Preço: 10 €
Onde comprar bilhetes: FNAC e Ticketline

Organizador: APAV
Entidade(s) apoiada(s): APAV

Sobre a Causa Apoiada:

Fundada em 1990, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que tem como objetivo estatutário promover e contribuir para a informação, proteção e apoio aos cidadãos vítimas de infrações penais. A missão da APAV é apoiar, de forma individualizada, qualificada e humanizada, as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima.

Caso necessite de ajuda, contacte 707 20 00 77 (dias úteis, 10h-13h / 14h-17h) ou o [gabinete de apoio](#) mais próximo da sua área de residência.

BOAS SUGESTÕES, BOAS AÇÕES

#Luxúria



APAV 25 Anos – Recital de Jorge Moyano

A APAV celebra 25 anos no dia 25 de junho de 2015. Assinalando a data, [Jorge Moyano](#) associa-se às comemorações e apresenta um recital de piano na Sociedade de Geografia de Lisboa.

Jorge Moyano irá interpretar obras de Chopin, Debussy, Ravel e Gershwin. O espetáculo tem início marcado para as 21h e o valor dos bilhetes reverte para a APAV.



**Associação Portuguesa
de Psicogerontologia**

25º ANIVERSÁRIO APAV | 25 JUN | RECITAL JORGE MOYANO | SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

05.06.15 · EVENTOS, GAAPP PREVENÇÃO DO MAU TRATO, INFORMAÇÕES ÚTEIS, NOTÍCIAS, SITES ÚTEIS

Recital de Piano – Jorge Moyano na comemoração do 25º aniversário da APAV, no dia 25 de Junho, na Sociedade de Geografia de Lisboa.

Pedir reserva/compra dos bilhetes a Carolina Varela: 21 358 79 15 | comunicação@apav.pt



RECITAL DE PIANO
JORGE MOYANO
SOCIEDADE DE
GEOGRAFIA DE LISBOA

25 ANOS
25 JUNHO
QUINTA / 21:00

CONCERTO COMEMORATIVO DO 25º ANIVERSÁRIO DA APAV **BILHETE 10€**



»TICKETLINE

PIANOS.PT